

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE 2026**

Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja ordem de trabalhos foi previamente distribuída aos membros da Assembleia, através da convocatória, datada de 26 de fevereiro de 2026.-----

ABERTURA-----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, Fernando Jorge Pereira Lobão, presidiu à sessão que teve início às 9h30, tendo Manuel Monteiro Afonso como 1.º Secretário, informando que a Mesa iria funcionar com dois elementos.-----

PRESENÇAS-----

Fernando Jorge Pereira Lobão, **Presidente da Assembleia Municipal**, Vítor Nuno Gomes dos Santos, em substituição de António Manuel Marques Luís, Manuel Monteiro Afonso, Dora Maria Rodrigues da Fonseca, em substituição de Sofia Alexandra Correia Pereira, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, José Manuel Lourenço Correia, Nuno Ricardo Ferreira Santos, em substituição de Gonçalo Costa Almeida, Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, em substituição de Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Edgar André Almeida Fernandes, Sara Daniela Pereira Rodrigues, José Alexandre de Carvalho, Alita Maria de Jesus Carvalho, António José Marques Martins, em substituição de Vasco Paulo Osório Seabra Paiva, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Hugo Alexandre Oliveira da Silva, Vítor Manuel Rodrigues Paulo, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, em substituição de Teresa Maria Correia Pina Rodrigues, Ivo Manuel Gomes Paulo, em substituição de Sónia Maria dos Reis Conceição Exposto, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos e João Pedro Morais Pina Adrega, e os senhores Presidentes de Juntas e de Uniões de Freguesia: de Avões – Hugo Miguel Cardoso Rebelo, de Britiande – Germano Correia Ribeiro, de Cambres – Daniela Cristina Tomaz Magalhães, Tesoureira da Junta, em substituição do seu Presidente, Leandro Baiorte Pinto, de Ferreirim – Wilson Miguel Lima Teixeira, de Ferreiros de Avões – Augusto Manuel Pereira da Conceição, Lalim – Mário Filipe de Almeida Faustino, de Lamego – Fernando Manuel Duarte Branquinho, em substituição do seu Presidente Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, de Lazarim – Paulo Henrique Almeida Loureiro, da Penajóia – Cláudia Cristina de Almeida Gomes Azevedo, de Penude - Manuel Varanda Pinto Rodrigues, de Samodães – José Miguel Melo Pereira, o Tesoureiro da Junta de Freguesia de Sande - André do Carmo Teixeira, em substituição do Presidente Alexandre Francisco Morais

Medeiros, de Várzea de Abrunhais - Carlos Manuel Ferreira Rodrigues, de Vila Nova de Souto D'El Rei – Arcílio Jorge de Sousa Lamelas, da União das Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca - Sérgio Pedro da Rua Capela, da União das Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem - Bernardo Manuel Taveira Xavier e da União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melções – João Paulo Alves Seixas.-----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** justificou as ausências dos seguintes membros: António Manuel Marques Luís, Sofia Alexandra Correia Pereira, Gonçalo Costa Almeida, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Vasco Paulo Osório Seabra Paiva, Teresa Maria Correias Pina Rodrigues, Sónia Maria dos Reis Conceição Exposto, Alexandre Francisco Morais Medeiros, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves e Teresa Maria Fernandes Cardoso Fonseca.-----

Dirigindo-se ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, tendo-se inscrito o senhor Fausto Magno, residente em Cepões e a senhora Maria do Céu Pinto Gomes, residente em Lamego.-----

Tomou a palavra o senhor **Fausto Magno** para fazer a seguinte intervenção:-----

“Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal, digníssimo amigo, dou-lhe os parabéns pela forma como tem desempenhado a sua função.-----

Cumprimento o senhor Presidente da Câmara, Vereadores, membros da Assembleia e Presidentes de Junta.-----

O que me traz aqui hoje, parece ridículo mas é verdade. Em Cepões andam a substituir paralelos por alcatrão. Paralelos que, embora com cinquenta anos, estavam impecáveis.-----

Assim, pergunto, por que razão, foi substituído ou está a ser substituído o paralelo pelo alcatrão? E para onde é que vai esse paralelo?-----

Antigamente, sabia para onde ele iria, hoje não sabemos, por isso deixo aqui esta pergunta, por que razão aquela substituição de paralelos”.-----

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para responder à questão formulada:

“Começo por cumprimentar o senhor Presidente da Mesa e respetivo Secretário, senhor Vereadores e funcionários, lamecenses que acompanham esta sessão através das redes sociais do Município.-----

Esta substituição foi solicitada e acordada ainda no ano passado, faz parte do pacote de pavimentações no montante de cerca de um milhão e setecentos mil euros, que temos a decorrer, não foi possível concluir em 2025, está agora a ser iniciada.-----

Do conjunto de levantamentos que fizemos de estradas em mau estado, a estrada em apreço foi identificada como sendo muito necessária.-----

As pavimentações em betuminoso são muito mais confortáveis, são muito mais seguras do que as pavimentações em paralelo, são muito mais fáceis de fazer e de refazer.-----

Hoje é cada vez mais difícil conseguir encontrar equipas de calceteiros para fazer a reparação de calçadas. Por isso, quando nos é solicitado em locais que não têm, efetivamente, a necessidade sob o ponto de vista do enquadramento paisagístico e patrimonial manter a calçada, fazemos a sua substituição por alcatrão.-----

Os paralelos serão utilizados na freguesia de Cepões, de acordo com o que foi acordado com o anterior Presidente de Junta, que também é do conhecimento do atual Presidente da Junta.-----

E portanto, esta é a resposta concreta que dou à questão aqui colocada pelo senhor Fausto Magno.-----

Interveio a senhora **Maria do Céu Pinto Gomes**, de Lamego, para a seguinte reclamação:-----

“Não sei por onde começar, quero manifestar o meu descontentamento, devido ao problema da minha casa, que já se arrasta há muitos anos, o senhor Presidente da Câmara sabe muito bem do que estou a falar.-----

Tenho vindo aqui, quase todos os dias, à procura do senhor Vereador Hugo Maravilha. Numa dessas vezes perguntei em que situação estava o meu processo, sendo que me responderam que estava no senhor José Pinto, Vereador responsável, nessa altura, ando há anos e anos a tentar resolver o problema e nada.-----

Agora veio-me à ideia a saúde mental. A saúde mental é provocada porquê? São problemas que se vão tornando numa bola de neve. Também já falei com o senhor Presidente.-----

Falei com o senhor Eng.º Marques e ele respondeu-me que já despachou o processo, foi despachado em 2018, estamos em 2026. É um prédio horizontal, onde há um adro e esse adro pertence a quem? Ao prédio horizontal. Não é para um vizinho vir ocupar esse espaço, fazer obras ilegais, sem dar notificação à Câmara Municipal. A Câmara não foi lá, pois a última vez que estive com o senhor José Pinto, bateu-me nas costas, e perguntou-me se queria que fosse lá falar com ele. Não está aqui uma ordem de demolição e voltar à raiz, isso nunca foi feito.-----

Certo senhor Presidente da Câmara, na última vez que estive cá, o senhor perguntou-me se já falei com o senhor vereador Hugo Maravilha. Eu disse-lhe que

nunca o consigo encontrar, pois dizem-me sempre que está no exterior, em serviço. Eu queria falar com ele pessoalmente, para ver se era de vez que este processo andava para a frente.-----

Eu estou sem condições na minha casa, estou sem saúde, o custo de vida cada vez sobe mais. Tenho fotografias, tenho tudo o que prova que esta situação é ilegal. Ao invadirem a parte de trás do prédio, fiquei sem vistas.-----

Sobe o gasóleo, sobe a gasolina, sobe a eletricidade, sobe tudo, mas esta situação causa-me muitos prejuízos. É a primeira vez que estou aqui numa Assembleia Municipal, se calhar vai ser a última, porque estou muito desolada, e estou perante vocês a manifestar o meu desagrado, porque esta situação faz mal à minha saúde. Todos temos direito a uma vida digna, temos direito a ter qualidade de vida. Estou reformada, tenho uma neta e não tenho condições, na minha casa, para ter a minha neta a viver comigo.-----

Tenho outro problema na parte exterior da frente, pois a minha casa encontra-se no meio, sou invadida pela parte de cima, sou invadida pela parte de baixo, sou invadida do outro lado por uma casa que está a cair. O dono da casa afirma que aquilo é tudo dele, estou a falar do senhor Manuel Rodrigues que comprou casa ao meu lado. A casa não está habitada, ele não mora lá, só comprou o edifício para guardar os carros. Eu também sou moradora ali, tenho direito a estacionar o meu carro”-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para esclarecer o assunto apresentado pela senhora Maria do Céu Pinto Gomes:-----

“De facto, este assunto da senhora Maria do Céu já tem muitos anos e tem três componentes:-----

Tem uma componente, efetivamente, que se afigura ser uma situação de violação às regras urbanísticas, tem que ver com o fecho de uma varanda, para transformar num espaço interior, sem a respetiva licença municipal, e é esse espaço que teve já uma ou mais ordens de demolição, que não foram acatadas pelo proprietário.-----

Há também um conjunto de litígios entre os particulares relativamente ao uso e ocupação de espaços alegadamente comuns. Perceberam pela intervenção pela senhora Maria do Céu, que isso não é pacífico entre os proprietários.-----

E por fim, há um outro problema que, infelizmente, é muito comum na nossa cidade e nas nossas freguesias, que foi muito visível durante estas intempéries e que tem a ver com a ausência de manutenção, por parte dos proprietários, nos imóveis. E quando chegam a situações de degradação elevada ou mesmo de ruína, começam a pôr em causa a segurança dos prédios vizinhos.-----

Verificamos isto no Bairro da Ponte, na Rua da Seara, na Quelha do Montepio, entre outras situações na cidade. E aqui verifica-se também isso, nos prédios confinantes com o prédio onde vive a senhora Maria do Céu, há infiltrações que têm a ver com o mau estado dos telhados, das caleiras, com a ausência de tubos de queda de água, que escorre pela fachada e entra pelas janelas.-----

Como já expliquei repetidamente à senhora Maria do Céu, a Câmara não é proprietária, é uma autoridade administrativa, que faz procedimentos administrativos, que começam pelas notificações, pelas insistências às notificações. Quando há decisões as mesmas são, igualmente, notificadas aos proprietários para se pronunciarem em audiência prévia. Quando há incumprimento de decisões administrativas, há comunicação ao Ministério Público desses incumprimentos de decisões e obrigações dos proprietários.-----

Portanto, estamos perante um conjunto muito alargado de dificuldades, que de facto, causam muitos transtornos à vida da senhora Maria do Céu, que já pude testemunhar, pelas fotografias que, repetidamente, ela me mostra, nomeadamente sobre a humidade que entra na sua casa, mas a atuação da Câmara Municipal está, de facto, limitada à obrigação de repor a situação de ilegalidade urbanística que se terá verificado.-----

O Vereador do Urbanismo, Dr. Hugo Maravilha, irá retomar esse processo, fazer novas notificações, verificar se as notificações já foram feitas e se há condições para dar seguimento à posse administrativa e à demolição coersiva dessa parte da obra.-----

Mas isso não vai resolver os outros problemas, os problemas dos litígios em relação à utilização dos espaços comuns ou das construções laterais, que estão em mau estado de conservação e que estão, de facto, a introduzir humidade na casa da senhora Maria do Céu. -----

Relativamente a esta situação vamos repetir notificações, mas depois já sabemos que, há uma construção, há uma oficina, a oficina está arrendada, a proprietária também tem limitações em fazer obras e o processo vai-se arrastando com justificações mútuas por parte de todos os intervenientes, incluindo também o Município. É assunto que não tem sido fácil de resolver, por parte da Câmara.”-----

2-PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

Interveio o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para fazer a seguinte intervenção:-----

“Agradeço a presença dos senhores membros municipais, senhores Presidentes de Junta, Executivo Municipal, cumprimento também os cidadãos lamecenses aqui

presentes e aqueles que nos acompanham à distância através das redes sociais, e obviamente o agradecimento à equipa técnica que preparou a sala para esta sessão”.-----

2.1-ASSUNTO: INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-

Tomou a palavra o membro **José Manuel Correia** para dizer o seguinte:-----

“Cumprimento todos os presentes nesta sala, os lamecenses que nos seguem lá em casa, um bom dia, depois de um período mais prolongado de tempos difíceis, no que diz respeito ao clima e às intempéries.-----

Três notas breves que parecem fazer sentido nesta altura, que se relacionam com a organização da vida democrática dos órgãos que nos regem, que também organizam a nossa vida social. E como sabemos sempre que há eleições, inicia-se um novo mandato. Houve eleições para a Mesa da Assembleia da Cim Douro, que Lamego íntegra, onde estão dezanove concelhos. A Cim Douro é um órgão fundamental para a vida do Município de Lamego. O grupo municipal da coligação “Todos Juntos Por Lamego” saúda a eleição do nosso Presidente da Assembleia Municipal, Fernando Lobão, para o cargo de Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Douro – Cim Douro, desejando-lhe os maiores sucessos no desempenho dessas funções.-----

Esta eleição constitui um motivo de satisfação para a nossa bancada, é normal e representa também um exemplo de reconhecimento do papel e da capacidade de intervenção de Lamego num contexto intermunicipal do Douro. -----

Sendo por isso um motivo de legítimo orgulho para o nosso Concelho de Lamego. Parabéns senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

Também uma palavra que se relaciona com a vida democrática do nosso Município, neste caso com a vida partidária, há quem diga que os partidos e a política é o menor dos males, é provavelmente a melhor forma de organizar a sociedade, sem partidos a sociedade não funcionaria, a sociedade democrática.----

Na semana passada verificou-se a eleição para a concelhia do PSD de Lamego, portanto é um momento marcante da nossa vida social e política, de maneira que, é com satisfação que endereço os parabéns à lista vencedora encabeçada pelo Miguel Gouveia, mas também, que integram o Hugo Maravilha e o Edgar Fernandes, desejamos que tenham um bom mandato e que o partido seja rico na sua intervenção pública, nas suas discussões, nas suas reflexões e no seu contributo para a melhoria da vida da nossa sociedade.-----

Termino, evocando um pensamento que aduzi no início, que tem a ver com as intempéries, se nos lembramos que desde 28 de janeiro o país mergulhou num

tempo difícil e seguido de intempéries, traduzidas em ventos muito fortes, em chuvas constantes, destruição de tudo e mais alguma coisa, e, claramente com impactos significativos na qualidade de vida das pessoas, sim das pessoas, porque todo o resto é importante, mas, claramente, ficaram pessoas afetadas com tudo isto.-----

Apesar de tudo a resposta que o país deu, por aquilo que fomos acompanhando, foi uma resposta competente e pelo que pudemos saber e sabemos Lamego não ficou imune a esta situação. Tivemos a sorte de não sofrer as mesmas contingências e os mesmos prejuízos quer em termos de património quer em termos pessoais que outras zonas do país sofreram, mas, claramente, Lamego também sofreu o seu impacto.-----

São situações que não se conseguem resolver de um dia para o outro. Os problemas acumulam-se e não deixa de aparecer um para aparecer outro. Mas daquilo que fomos acompanhando eu diria que é consensual, a resposta que o Município deu, que a proteção civil deu, nomeadamente o senhor vereador Patricio Esteves e o senhor Vice-Presidente Hugo Maravilha deram, foi uma resposta capaz, competente.-----

Sabendo nós que é impossível resolver tudo, nunca é possível resolver todos os problemas de todas as pessoas em cada minuto. Passou a tempestade, não ficou a bonança, mas demos uma boa resposta com certeza agora há muito trabalho a fazer, estamos confiantes que este executivo saber-lho-á fazer bem, como é seu apanágio.-----

Tomou a palavra o membro **Vítor Paulo** para fazer a sua intervenção: -----

“Começo por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Secretário, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, caros membros da Assembleia Municipal, senhores Presidentes de Junta, estimado público, caros lamecenses que nos seguem pelas redes sociais do Município.-----

O grupo municipal do Partido Socialista também se quer associar ao voto de reconhecimento e congratulação pela eleição do senhor Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Fernando Lobão, para a Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIM Douro, no dia 6 de fevereiro, desejando para o seu mandato todos os sucessos e reconhecimentos.-----

Quero também fazer um reconhecimento, à nossa Proteção Civil, que fez tudo o que podia e não podia para ajudar as pessoas que viveram nestes tempos de crise, como foram as últimas intempéries.-----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, ao receber na convocatória para esta sessão, reparei no ponto 3.6 - 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal. Quero fazer aqui uma recomendação ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, dada a data da convocatória para a Assembleia, datada de 26 de fevereiro de 2026, este ponto, não tinha sequer sido discutido na própria reunião de Câmara, pois viria a ser discutido no dia 2 de março de 2026, na passada segunda-feira.-----

Portanto, o grupo municipal do Partido Socialista, não está em condições de votar este ponto, porque o que vem associado aos documentos da ordem de trabalhos da Assembleia Municipal, é apenas um extracto ou cópia de parte da ata do que se passou na reunião de Câmara, mas nem essa ata está on-line, para consulta do que se possa ter passado nessa reunião.-----

Portanto, recomendava ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que revisse este ponto e que o mesmo passasse para a próxima Assembleia Municipal de abril, se assim o desejar. -----

Por outro lado, quero ainda dizer que foi discutida nessa reunião de Câmara, no passado dia 2 de março, um ponto que era a condição de participação na Feira de Antiquidades e Velharias para este ano de 2026.-----

Ora creio que este assunto carece de um regulamento próprio, porque estamos a falar de cobrar dinheiro a quem quer participar na própria feira de Antiquidades e Velharias. Se assim for, tem que vir a esta Assembleia Municipal um regulamento da Câmara Municipal.-----

Portanto são estes pontos que tenho para referir ao senhor Presidente da Assembleia Municipal.”-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para responder ao membro Vítor Paulo:-----

“O membro Vítor Paulo não tem qualquer razão nesta exposição, posto que, as deliberações da Câmara são aprovadas em minuta e portanto a deliberação que tomamos na última reunião é legal, é perfeitamente competente, estará à consideração desta Assembleia na votação do ponto correspondente, e que eu na altura justificarei.-----

Relativamente à Feira de Antiquidades e Velharias, esta feira não é uma novidade em Lamego, decorreu durante o último mandato em múltiplas edições. Alguma vez a Assembleia Municipal se pronunciou sobre a mesma aqui? É esse o objetivo da Assembleia Municipal? Discutir as condições em que os participantes numa feira de antiguidades o vão fazer? Ou estamos aqui para discutir aquilo que interessa de uma forma transversal a Lamego, aos lamecenses e até à região do Douro, dada a

importância de Lamego neste contexto. É um tema que ponho à consideração do membro Vítor Paulo e do grupo municipal do Partido Socialista. Da minha parte, relativamente a esse ponto e de acordo com os regulamentos que estão aprovados, apenas regras, normas de pormenor terão que ser discutidas em reunião de executivo e não em sessão da Assembleia”.-----

Usou da palavra o membro **Nuno Ricardo Santos** para fazer a seguinte intervenção:-----

“Quero desde já cumprimentar o Exmo. senhor Presidente da Assembleia e também dar-lhe os parabéns pela sua eleição para a CIMDOURO, restante mesa, o Exmo. senhor Presidente da câmara, senhores veriadores, os serviços de apoio a esta assembleia e a todos os que nos acompanham via online, aos srs presidente da junta, senhoras e senhores deputados.-----

Hoje estou aqui no lugar do nosso membro Gonçalo Almeida. Não para o substituir, não tenho essa pretensão nem capacidade. Recebi esse convite por ter sido candidato à Assembleia Municipal e como membro efetivo do partido; para estar aqui hoje a pertencer ao grupo municipal da Iniciativa Liberal. -----

*Sou lamecense, filho da terra, aqui vivo, trabalho e aqui construí a minha família.----
Feita esta declaração de interesses, queria começar por saudar o senhor Presidente da Câmara, Eng. Francisco Lopes pela iniciativa de implementar um bairro digital no nosso concelho com o objetivo de impulsionar o nosso comercio tradicional.-----*

Não segui o projeto na fase inicial, por um bom motivo, porque acompanhei o nascimento de mais um descendente, mais um lamecense, mas agora estou a acompanhar de perto o desenvolvimento do site lamegoOn e a sua expansão, e considero que os responsáveis pela operação merecem uma palavra de apreço e reconhecimento pelo trabalho que têm desenvolvido. Estão no terreno, falam com os comerciantes, mostram-se interessados e motivados, mostram que acreditam neste projeto e obrigado por isso.-----

Sei que já estão a desenvolver uma campanha muito interessante para divulgar nas lojas aderentes o bairro digital e dar a conhecer a todos os clientes esta nova plataforma.-----

Ainda assim, permitam-me uma sugestão, que só me vincula a mim, apesar de o meu grupo municipal não estar em desacordo comigo mas é uma opinião pessoal. Proponho o alargamento do site lamego ON a todo o pequeno comércio do concelho, incluindo todos os empreendedores que apesar de terem o seu negócio, ainda não têm capacidade de comprar ou alugar um espaço físico. - Alargar

àqueles que participam em eventos sazonais, por exemplo aqueles que participam na feira de Natal, que montam a sua banca nas festas dos Remédios.. Acredito que poderá ser o boost para esses empreendedores, que têm o desejo de criar o seu próprio negócio e uma mais valia para a lamegoON, fazendo com que aumente a oferta de produtos e serviços na loja online.-----

Permita-me fazer um alerta que considero importante, até pela experiência que tenho na área. Também faço parte de uma equipa de e-commerce, e o alerta que quero fazer é que a maior parte das pessoas que compra nas lojas físicas, vai continuar a comprar. Não vão passar a comprar online só por ela existir. -----

Devíamos colocar o foco nas pessoas, criar fortes campanhas de divulgação da plataforma não só para o nosso concelho, mas para as áreas circundantes: incentivando o uso, explicar o funcionamento e as inúmeras vantagens deste serviço. -----

Se não o fizermos, corremos o risco de aqui a uns meses os comerciantes acharem que este projeto não é assim tão bom, não traz assim tantas vantagens, o volume de vendas não aumentou. E não é verdade, é um serviço com muito potencial. O mercado online não é o futuro, já é o presente.-----

Eu não vim aqui para o parabenizar, mas tenho de o voltar a fazer. Gosto de ser claro e transparente e vou sê-lo de novo, votei no Eng. Francisco Lopes. e não tenho nenhum problema em criticá-lo, como não me causa nenhum celeuma em elogia-lo. Feita mais esta declaração de interesses, quero saudá-lo pelo trabalho que tem vindo a desenvolver em torno da nossa feira semanal. Como disse o nosso membro Hugo Silva na última Assembleia, não são precisos discursos populistas e extremistas para uma fiscalização firme, que dê confiança aos lamecenses.-----

Dito isto, não pude deixar de notar que lhe causou alguma estranheza quando lhe foi sugerido pelo membro Hugo Silva alocar a feira para o parque onde se realizou a última feira do 3 de maio. Ainda assim, acho curioso que, cortar uma das principais artérias da cidade ou fazer uma feira com estacas de ferro, cordas e toldos, quando ao mesmo tempo impulsiona o comercio digital, não seja ainda mais estranho. Não acho que para si pavimentar seja problema. -----

Podemos ter uma espécie de polo atrativo, onde damos condições aos feirantes, a quem visita a feira e quem visita a nossa cidade. Podemos ver o exemplo de Vila Real onde têm bancas fixas e à disposição dos comerciantes.-----

Não digo que copiemos o modelo que também não é perfeito, mas com a sua capacidade de fazer obra, que também lhe podemos reconhecer, acredito que

consegue criar um espaço atrativo e de forma a dinamizar a feira, que pode voltar a ser o que já foi em tempos.-----

Dar também um palavra de apreço e de conforto a quem passou pelas intemperies. Houve muitas catástrofes e mortes, felizmente em Lamego não aconteceu o pior mas também tivemos alguns problemas. Dar uma palavra de conforto também a eles.-----

Gostava agora de fazer um apelo muito sério, felizmente ainda não tivemos perdas humanas no nosso concelho mas as estradas todos os dias são frequentadas por praticantes de ciclismo, temos amadores e profissionais que fazem os seus treinos nas nossas estradas todos os dias. Já nem vou falar das condições de algumas das nossas estradas, principalmente de Penude até Birgorne.-----

Estamos à espera de uma tragédia para fazer alguma coisa? Já tivemos atropelamentos e feridos com gravidade, por sorte o pior não aconteceu. -----

É imperativo colocar sinalização de alerta e sensibilização nas nossas estradas. Eu percebo que tragédias possam acontecer independentemente das medidas que possam ser tomadas, mas, sem medida nenhuma, estamos só à espera que aconteçam.-----

A sinalização faz diferença! Para um condutor digamos, regular, que pelo stress do dia a dia ou seja pelos seus afazeres ou apenas por distração, que esteja apenas concentrado no carro que vai á frente, ou á linha continua; devia haver uma sinalização que lhe indique que pode estar um praticante de ciclismo ao virar da curva. Poderá ser a diferença entre a vida e a tragédia.-----

Não quero terminar sem dar uma palavra de agradecimento aos profissionais de comunicação social, que fazem chegar esta Assembleia a todos os lamecenses. Seja aos que vivem na nossa cidade, seja aos que se encontram espalhados pelo nosso pais e até por todo o mundo. -----

Permitam-me uma sugestão e um pedido de apoio ao senhor Presidente da Câmara, para disponibilizar os meios necessários, para que as transmissões em direto não sejam apenas feitas na rede social facebook, que tem muitas limitações. Alargar essa transmissão em direto em simultâneo para o youtube é essencial. Desta forma podem fazer com que esta Assembleia chegue a mais pessoas e a mais jovens que se começam a interessar pela política. Muitos dos jovens, hoje em dia, já nem têm facebook, portanto, dependem da comunicação dos partidos ou de pessoas amigas, para saber o que é discutido nesta Assembleia. -----

Para terminar, quero parabenizar a quem se disponibiliza, de forma autónoma, fazendo ou não parte de um grupo municipal, falar aqui nesta Assembleia. Devem

usar o período antes da ordem do dia e as intervenções do público para esse efeito”.

Interveio o membro **José Alexandre Carvalho** para fazer a seguinte intervenção:--
 “Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal, aproveito desde já, para o felicitar pela sua eleição para a CIM Douro, o senhor secretário, senhores e senhoras membros municipais, senhores Presidentes de Junta, lamecenses aqui hoje presentes e aos que nos seguem via on line, senhor Presidente da Câmara e respetivos vereadores.

Na nossa última sessão, trouxe a esta Assembleia algumas reflexões, todas elas rejeitadas por V. Exa., o habitual!

Mas hoje, senhor Presidente da Câmara e restante vereação, não trago reflexões.--
 Trago preocupações.

Assim, pouco preocupado, com os resultados das últimas eleições presidenciais, essencialmente na primeira volta.

Em apenas uma freguesia o candidato apoiado pelo PSD saiu vencedor; em todas as restantes venceu a oposição representada nesta Assembleia.

Fica, assim, mais uma vez demonstrado que os eleitores escolhem, acima de tudo, aqueles que consideram mais capazes.

E, se duvidas houvesse, senhores Presidentes de Junta, estes resultados reforçam a ideia, de que o reconhecimento dos cidadãos assenta mais na competências do que na cor partidária.

Para as próximas eleições autárquicas, concorrer pelo PSD, não será provavelmente a melhor opção.

Senhor Presidente da Câmara, preocupa-nos o estado das estradas do Concelho, preocupa-nos a situação do comércio local e preocupa-nos a degradação e abandono dos bairros históricos.

Preocupa-nos igualmente o evidente atraso nas obras do centro de saúde.

Preocupa-nos também, os centros cívicos prometidos.

São mais três, mas, até ao momento, nada se vê no terreno, quanto ao início das respetivas obras.

Preocupa-nos o incumprimento das promessas eleitorais no que respeita à fixação dos nossos jovens através da criação de emprego de qualidade, para a qual a nova zona industrial seria determinante.

Refiro-me à zona industrial que V. Exa. chegou a localizar em Juvandes.

Há obras que não passam do papel; esta, porém, parece nem sequer ter saído ainda do plano da imaginação.

Preocupa-nos também, e estou certo, de que esta preocupação é partilhada pelo senhor Presidente da Câmara. A reabilitação das nossas escolas.-----

Trata-se de verbas do Governo que já deveriam ter sido transferidas e que continuam por chegar. Eu até digo mais, porque não requisitar o verdinho, vamos todos por aí a baixo, paramos na Mealhada cada um paga o seu e lá, decerto, o meu Presidente ajudará nesta reivindicação, que é mais que justa. -----

Preocupa-nos igualmente, o início das obras da nossa Escola Superior de Tecnologia e Gestão, uma intervenção crucial, também para o dinamismo económico e comercial da zona, da Rua de Almacave.-----

Preocupa-nos também, a tão prometida revisão e conclusão do PDM.-----

A demora é excessiva e está a comprometer o desenvolvimento do Concelho, freguesias como Britiande, qualquer dia ultrapassadas por Tarouca, bem como muitas outras, e a própria cidade, necessitam urgentemente de solo disponível para construção.-----

Muito preocupante é também a situação da Penajóia e da respetiva obra, cujo empreiteiro, segundo anunciado por Vossa Excelência, até a executaria por valor inferior ao previsto, mas em relação à qual, até hoje, nada existe no terreno.-----

Muitas outras preocupações, poderia, aqui enumerar, mas para terminar apenas mais uma, aquela que classifico, até mesmo, como a mais preocupante, refiro-me ao Multiusos, senhor Presidente.-----

À data da decisão do executivo, para a sua construção, o partido CHEGA ainda não existia.-----

Mas hoje, pela importância que este equipamento, representa para o concelho, sentimos igualmente o dever, de nos pronunciar sobre ele.-----

Para o CHEGA, este empreendimento faz parte do património coletivo, das gentes de Lamego. E, não deixamos de reconhecer, tal como o senhor Presidente, que, se Nesta matéria, até poderemos convergir com algumas das críticas que têm sido feitas. Mas a verdade, é que a estrutura existe. Está implantada e até bem enquadrada, arquitectonicamente.-----

Pertence aos lamecenses. E acreditamos que o seu futuro, poderá ainda ser promissor, desde que seja valorizada, otimizada e integrada, numa estratégia séria de rentabilização e aumento do número de eventos.-----

Também importa reconhecer, com honestidade, que a responsabilidade política, sobre este processo não recai apenas, sobre quem à data, presidia o executivo.-----

O projeto foi também aprovado, nesta Assembleia.-----

Depois outros culpados! O tal padre que casou a Maria com o Manel, mas que acabou em divórcio! E até parece, que o Manel fugiu com outro ou outra! E que teve que pagar, e ainda paga, esta traição e divórcio? Claro, os lamecenses.-----

Mas esta história, saberá conta-la melhor o senhor Presidente da Camara.-----

Por isso, insistir em utilizar o Multiusos, apenas como instrumento de combate político ou de aproveitamento eleitoral, é uma estratégia desgastada, e a nosso ver, infrutífera.-----

Ultimas eleições, tivemos um resultado quatro a três! Ganha o PSD e a respetiva coligação!-----

O Multiusos deve, isso sim, ser acarinhado e valorizado por todos. Mas subsiste um ponto verdadeiramente preocupante neste processo, senhor Presidente da Câmara: o prometido continua por cumprir.-----

A obra tem de ser concluída. Porque, uma vez devidamente finalizada, poderá até vir a ser, uma importante fonte de receita, para o nosso município.-----

Haja ou não necessidade, de recorrer a empréstimo para esse efeito, o que importa, é que a obra seja concluída.-----

O parque tem de ser finalizado e rentabilizado. Repito, senhor Presidente da Câmara: o parque tem de ser concluído e rentabilizado.-----

O Multiusos merece. O Concelho merece. E, a não ser assim, ficará evidente, que V. Exa., prometeu, gastou, mas não cumpriu.-----

É, por isso, com grande preocupação que o partido CHEGA - e, estamos certos, muitos lamecenses também encaram, a não conclusão do parque, deste emblemático edifício.-----

No fundo, todas estas preocupações que preocupam certamente os residentes do concelho, revelam uma mesma realidade:-----

Uma preocupante inação do executivo.-----

Uma inércia confrangedora.-----

Um município financeiramente fragilizado, apesar das taxas municipais praticamente no limite máximo.-----

Revelam também: uma bancada da coligação silenciosa, cúmplice, e igualmente responsável pelo estado a que o concelho chegou.-----

Esta é, uma radiografia dura, mas infelizmente verdadeira, do estado do concelho, que V. Exa. poderá deixar aos lamecenses, ao fim de vinte anos de governação.”-

*Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** para dizer o seguinte:-----*

“Relativamente à intervenção do membro Nuno Ricardo Santos, quero saudá-la, porque fez aqui, de facto, uma análise muito rigorosa, daquilo que tem sido o

esforço do Município de implementar o projeto dos Bairros Comerciais Digitais e de o fazer num diálogo participado com os comerciantes, numa matéria que nós sabemos que há da parte da estrutura do nosso comércio tradicional, dificuldades grandes em alinhar a capacidade que cada um tem de intervir nesta área.-----

Há os que já o fazem com muita qualidade e com proveito, de facto, na área do e-commerce, mas há outras empresas que ainda não têm, nem essa capacidade nem essa vocação, nem sequer a sensibilização.-----

E portanto, temos aqui um trabalho a várias velocidades, que estamos a procurar nivelar. Com algumas dificuldades, terminou a parte financiada do projeto, terminou a função da gestora de Bairros que estava designada, que acompanhava o projeto desde início. Temos agora uma pessoa nova a fazer essas funções, e há aqui, de facto, algumas inércias que, pela própria estrutura do projeto, que agora passa a estar sob a responsabilidade direta do Município e tendo terminado ou estando a terminar a fase de financiamento comunitário, também nos obriga a um esforço maior, mas nós queremos fazer em conjunto com os comerciantes.-----

Temos também previsto alargar o Bairro Comercial Digital a toda a cidade, eventualmente a todo o Concelho, ou seja a todos os comerciantes que queiram aderir, situação que só podemos fazer, de facto, depois de cumprir-mos a parte que está financiada e ficarmos libertos dessas obrigações.-----

Já em relação ao comércio temporário, não sei se isso será possível, é uma questão mais técnica que temos que avaliar. Em todo o caso, entendemos que, de facto, estamos em plena sintonia, porque esta é uma atividade importante, é uma área de desenvolvimento de todo o comércio, não apenas das gigantes que vendem on-line, mas de todo o comércio que tem que ter uma presença e uma participação no comércio digital.-----

Em relação à feira semanal, a feira semanal é, efetivamente, um problema complexo. Mas é um problema que nós assumimos de maneira muito clara, assumimos ter uma Bairro Comercial Digital e ao mesmo tempo ter uma feira tradicional ou uma feira semanal muito tradicional, com tendas, com barracas, com espas, com a confusão e a anarquia que, normalmente, vigora nestes espaços. ----

O que estamos a tentar fazer é coordenar, coordenar desde logo, garantindo que a participação daqueles comerciantes obedece às regras e ao reulamento, e até, a critérios de justiça entre eles. Ou seja, que todos os que participam estão devidamente credenciados para o efeito, pagam as respetivas taxas, e que depois, cumprem também outras regras, na ocupação do espaço, na limpeza do espaço,

num corredor de segurança, que permita fazer a feira em condições boas para os comerciantes, para os clientes e para a população em geral.-----

A interrupção da Avenida D. Jacinto Botelho às quintas-feiras de manhã, é, efetivamente, um problema. Mas não é um problema, eu diria maior, criar um espaço definitivo e fixo para a feira, por exemplo, à semelhança do que aconteceu em Vila Real, pode não ser uma solução com muito mérito e muito sucesso. Basta ver que em Vila Real tem as estruturas físicas que foram criadas, acabaram por não ter efeito, porque a gente passa e vê os toldos pendurados sobre as estruturas existentes. O investimento é muito elevado, é necessário pavimentar e infraestruturar, e quando nós falamos e já aqui falamos na nossa rede viária, nas dificuldades que vivemos hoje para a manter e recuperar. Estar a abrir uma outra frente de investimento para um espaço, que será utilizado uma quinta-feira de manhã, e que ficará inviabilizado para outras utilizações que temos, nomeadamente o 3 de Maio é um aspeto que temos que ponderar e que o temos feito.-----

Reconheço-lhe também razão nas críticas que fez à manutenção das nossas estradas. Claro que em relação à Estrada Nacional 2, entre Penude e Bigorne, é uma Estrada Nacional, está sinalizada pelas Infraestruturas de Portugal, para ser reabilitada em 2027, esperemos que o seja.-----

Em relação às estradas municipais temos a decorrer, ainda, um concurso que lançamos no ano passado e que não houve condições para fazer durante 2025, e depois, vieram também, as intempéries e o Inverno, está agora a ser retomado esse conjunto de pavimentações. Iremos lançar até este primeiro semestre, ainda um novo concurso. Eventualmente, com uma reprogramação temporal de algumas estradas que já estavam elencadas para serem repavimentadas, mas que, provavelmente ou serão substituídas por outras, que ficaram em pior estado em função destas intempéries ou terão que ser aceleradas na sua execução.-----

Temos um problema gravíssimo no acesso a São Pedro de Balsemão, porque é um lugar, é um monumento patrimonial muito importante, que estão isolados e essa será a nossa primeira prioridade.-----

Relativamente à comunicação, a sugestão que fez é pertinente, faz todo o sentido, nós sabemos que a rede social do facebook tem as suas limitações, tem o seu público, temos que chegar a outros públicos, nomeadamente aos mais jovens. E já está no plano do nosso gabinete de comunicação, criar um canal youtube, até para podermos carregar outra informação, nomeadamente videos que noutras plataformas se torna mais difícil de gerir.-----

Agradeço-lhe, por isso, estas sugestões e também chamadas de atenção e reparos. -----

Em relação à intervenção do membro José Alexandre Carvalho, pois esteve a rever o programa eleitoral da coligação e vem-me dizer, ponto a ponto, o que anda e o que não anda.-----

Relativamente às eleições presidenciais, eu quero dizer-lhe que, obviamente,. também fiquei muito desiludido com o resultado da primeira volta das presidenciais.-----

Já em relação ao resultado da segunda volta, não me afetou, nem afetou a esmagadora maioria dos portugueses, que votaram de forma expressiva no Presidente Eleito, que tomará posse na próxima segunda-feira e eu terei o privilégio de estar na terça-feira na sessão que decorrerá na Câmara do Porto, eu próprio votei nele, como anunciei publicamente. Portanto não tenho em relação a essa situação nenhum tipo de desconforto.-----

Relativamente às estradas eu já respondi, qual é a nossa posição.-----

Em relação ao comércio local, já falamos aqui dos Bairros Comerciais e Digitais, temos um outro conjunto de medidas em preparação, para apoiar o comércio local com apoio direto. O comércio local a nível municipal, incluindo as freguesias e os pequenos lugares, onde é importante haver uma oferta comercial, será também um ponto de encontro e de reunião da população.-----

Em relação aos bairros degradados, efetivamente, temos situações complexas, definimos as Aru's, as áreas de reabilitação urbana que estavam caducadas. Temos incentivos fiscais, de redução de taxas municipais para quem investe nos seus imóveis. Temos alguns proprietários a fazê-lo, temos outros proprietários que estão ou mais hesitantes, mais inertes ou sem capacidade financeira para reabilitar os seus imóveis. Aí o Município nada pode fazer, a não ser, dizer que temos incentivos, estamos disponíveis para apoiar.-----

O Centro de Saúde está a andar, a obra anda, anda a bom ritmo e estará pronta em altura oportuna.-----

Em relação aos Centros Cívicos, o Centro Cívico de Valdigem está em obra, o de Sande está praticamente terminado, Cambres está para visto do Tribunal de Contas, Lalim temos o projeto pronto, aguardamos a revisão do quadro de investimentos plurianual no âmbito da CIM Douro para financiar esse projeto. -----

Em relação à nova zona industrial, o membro José Alexandre Carvalho está muito mal informado, o projeto está a andar com as dificuldades com que andam os projetos complexos. Nós não temos um local óbvio, um local sem restrições,

nomeadamente ambientais, para fazer uma zona industrial. O local que temos sinalizado, que é o menos mau, digamos assim, tem todo um conjunto de restrições: reserva agrícola, reserva ecológica, alto nível de periodicidade de incêndios e rede natura. No passado dia 26 estivemos a visitar o local, com ICNF, com Agência Portuguesa do Ambiente, com a CCDR, no sentido de encontrarmos a melhor solução, no âmbito do projeto de revisão do PDM, para delimitar a zona a afetar à zona industrial, peço desculpa pela redundância, libertando já ou não implicando já, zonas que tenham valor conservacionista e que não possam ser integradas no futuro.-----

Em relação às escolas, irão ser brevemente montados os contentores para mudança da escola EB/2.3 para instalações provisórias, dando-se início à obra.----

Em relação à obra da Escola da Sé, não temos, ainda, financiamento, fizemos a candidatura ao BEI – Banco Europeu de Investimentos, o que está previsto é que as candidaturas fechem em 30 junho e sejam apreciadas até agosto. Eventualmente o líder do partido do Chega, em vez de arranjar confusões na Assembleia da República, como fez hoje, podia dedicar-se a estes assuntos importantes e pressionar o Governo para abrir em 31 de março, em vez de 30 de junho, as candidaturas que já estão submetidas e decidi-las de imediato e aí nós teríamos a Escola EB/2.3 e a Escola da Sé financiadas pelo empréstimo BEI.-----

Em relação ao projeto da ESTGL, o processo está também a decorrer, já está adjudicado ao empreiteiro, iremos celebrar um contrato interadministrativo com o Instituto Politécnico de Viseu, assegurando o envolvimento financeiro do Município. Não o queríamos fazer antes de ser revisto o quadro de investimentos plurianuais do Portugal 2030, porque é nossa intenção, que a verba que nos foi mapeada, possa ser reforçada. Já referi esta situação ao atual Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, que tomou posse apenas na sexta-feira passada. Portanto, iremos dar seguimento a esta obra, embora a mesma tenha oposição da parte do Partido Socialista, que neste momento, já está em instâncias judiciais. Mas não vai ser isso que nos vai parar, estamos plenamente de acordo quanto à necessidade e interesse de criar o Polo 2 da ESTGL e dar condições para que a nossa escola não morra, antes pelo contrário, possa crescer. -----

Em relação ao PDM está em revisão, estão a decorrer reuniões sectoriais com as entidades que, normalmente levantam mais problemas, nomeadamente com APA – Agência Portuguesa do Ambiente, por causa da rede hidrológica e da reserva ecológica. Decorreu também já esta semana uma reunião com os serviços e também com a CCDR. Estimamos que até junho, tal como referi aqui, na última

Assembleia Municipal, possamos ter a reunião de aprovação do PDM, a que se seguirá depois de consulta pública e publicação.-----

Em relação à obra da Penajóia, efetivamente, não tivemos sucesso no concurso público de empreitada, para a realização da obra de saneamento de que a freguesia da Penajóia tanto carece. O que aconteceu foi que, houve apenas um concorrente, adjudicamos a empreitada a esse concorrente, esse concorrente nem sequer chegou a fazer a garantia bancária e apresenta-la para permitir a assinatura do contrato. Portanto, nesse sentido, houve uma revogação da decisão de contratar e estamos, neste momento, a rever o projeto, para rever o volume de obra e podermos assim lançar uma obra, com menos obra, mais dinheiro para termos mais concorrência e conseguirmos adjudicar.-----

Estamos numa situação muito complexa em termos de adjudicações, já esta semana tivemos mais dois concursos desertos, ambos pela segunda vez, um para o edifício que ia ser construído no logradouro do Museu de Lamego, é uma parceria que temos com o Instituto do Património e outra para a eficiência energética do Teatro Ribeiro Conceição, que ficou, de novo, deserto, e que nos está a levar a repensar o projeto.-----

Provavelmente não faremos o do Teatro Ribeiro Conceição, é uma obra extremamente complexa e cara. Antes poder fazer o projeto de eficiência energética da ordem dos oitocentos mil euros neste edifício dos Paços do Concelho, uma vez que, não estando na área de proteção da Sé Catedral e do Eixo Barroco, poderemos fazer uma obra tecnicamente mais simples, e portanto, mais acessível à disponibilidade que os empreiteiros têm hoje para afetar estas obras.-----

Finalmente, em relação ao Multiusos, uma concordância integral, o Multiusos é um equipamento importantíssimo para a cidade e Concelho de Lamego. Discordância em todo o resto. O Multiusos tem utilização quotidiana, não precisamos de procurar mais utilização, todos os dias é utilizado ou pelo futsal ou pelo Andebol ou pelo Voleibol, pelo Ténis de Mesa, pelos projetos municipais do Sénior+Ativo, pelas associações que nos pedem o auditório para formação, para outras ações.-----

Portanto, todos os dias o Multiusos tem utilização. Aos fins de semana, também tem eventos, que nós, de alguma forma, não podemos evitar. Está sempre disponível para as nossas associações e coletividades, por muito que nós gostássemos fazer outros eventos, nomeadamente culturais ou de promoção de atividades comerciais. Há sempre uma logística de obrigar a desmontar o piso desportivo e de inibir os jogos dos nossos clubes, mas também, como aconteceu, recentemente, com os jogos da seleção feminina de futsal, e também no 15.º

aniversário da AD, que fez uma grande gala, aliás estes dois eventos que estou a referir encheram o pavilhão Multiusos por três vezes.-----

Portanto, como vêem, o Multiusos precisa, efetivamente, de manutenção, precisa de reparação de alguns problemas que afetam o edifício, mas tem, no seu dia-a-dia, uma utilização que muito nos orgulha”.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Assembleia Municipal** para dizer que, ainda sobre ponto 2.1, havia dois pedidos de intervenção, que não foram cumpridos, como tal deu a palavra ao membro Sara Rodrigues.-----

Tomou a palavra o membro **Sara Rodrigues** para fazer a seguinte intervenção:-----

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara Municipal, e respetivos vereadores, senhoras e senhores membros da Assembleia Municipal, público que nos assiste.-----

O tema que levanto é algo que consideramos absolutamente decisivo para o futuro do nosso concelho: a execução das obras financiadas ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência no Município de Lamego.-----

Todos o sabemos, que o PRR é um programa com metas rigorosas, prazos exigentes, sendo o horizonte de execução definido até agosto de 2026, presente ano. Aquilo que não for executado dentro do prazo não é prorrogado indefinidamente — e portanto perde o financiamento. -----

No concelho de Lamego estão em curso várias empreitadas ao abrigo deste programa: Estamos a falar de um volume muito significativo de recursos públicos e de compromissos assumidos em nome do Município e nomeadamente, em nome dos lamecenses, junto do Estado e da União Europeia. Contudo, dentro do conjunto total dessas intervenções, há duas situações que, do ponto de vista do partido Socialista, assumem neste momento maior sensibilidade, geram mais preocupação e que por isso merecem mais atenção: o Parque de Saúde e as empreitadas na área da Habitação.-----

No caso do Parque de Saúde, uma das maiores obras financiada pelo PRR no concelho, aquilo que qualquer cidadão pode constatar, ao passar no local, é que nem a estrutura ainda se encontra concluída, quando nos aproximamos da fase final do horizonte de execução do programa. Verificando-se um cenário ainda mais alarmante relativamente às empreitadas na área da Habitação. Mais, ao consultarmos o Portal da Transparência e os dados oficiais do Recuperar Portugal, a 3 de março, a realidade é clara e os números são preocupantes: Lamego até ao dia 3 de março recebeu apenas 38% do valor previsto no âmbito do PRR. A média

nacional está nos 60%. Portanto, os números não nos enganam, não estamos a falar de décimas. Estamos a falar de um atraso significativo face ao país. E convém que fique claro: estes pagamentos acompanham a própria execução.-----

Portanto, se o dinheiro não está a chegar, é porque a execução não está a avançar. Ora, perante esta situação cabe-nos, também aqui no quadro e numa posição responsável, solicitar ao Presidente da Câmara um conjunto de informações e esclarecimentos:-----

1. Pode o senhor Presidente garantir que todas essas intervenções serão executadas integralmente dentro do prazo? Recordo que, na última Assembleia, foi apresentado aquele que foi designado o maior orçamento de sempre do Município de Lamego. Ora, se uma parte relevante do financiamento do PRR não for executada, este orçamento não se materializará na sua plenitude. Passando o maior orçamento de sempre a ser, na realidade, ainda menor que o do ano anterior. E portanto aquilo que questiono é se está o senhor Presidente capaz de assumir perante esta Assembleia, os lamecenses, que num futuro breve não estaremos perante um total falhanço no que concerne aqueles que foram os seus compromissos e nomeadamente aquelas que foram as suas promessas eleitorais.

2. Existe, neste momento, algum risco identificado que possa comprometer o financiamento atribuído? Objetivamente, existe alguma obra financiada pelo PRR que esteja, neste momento, em risco de incumprimento? Se sim, quais? E se não, com base em que indicadores sustenta o executivo essa afirmação? -----

3. Caso haja riscos identificados, que medidas de contingência tem o Município equacionado para mitigar esses atrasos e assegurar a conclusão das obras? Já foi accionado em alguma empreitada? Recordo que na última Assembleia Municipal o Senhor Presidente se comprometeu a apresentar esta mesma informação. -----

4. Quais as garantias contratuais previstas em caso de incumprimento por parte dos empreiteiros. Que mecanismos de penalização existem? E caso existam, está o município capaz de as exercer e em que condições?-----

5. Estão a ser monitorizados desvios face ao planeamento inicial? Que instrumentos de controlo estão efetivamente a ser utilizados para assegurar que não há derrapagens críticas? Bem, por compreendemos que possa não ser possível, nesta sessão, responder detalhadamente a cada uma destas questões, mas por sua vez, por considerarmos que é imperativo que sejam respondidas. Solicitamos que seja remetida, a todos os membros da Assembleia Municipal, informação escrita e detalhada sobre o estado de execução física e financeira de todos os projetos financiados pelo PRR, incluindo, se possível, o caminho crítico

atualizado de cada empreitada, a solicitar a cada empreiteiro. Senhor Presidente, sendo V. Exa. engenheiro, saberá certamente ao que me refiro, este instrumento é onde se identifica as tarefas cuja derrapagem compromete todo o calendário global da empreitada, é onde é possível perceber, com rigor técnico, se estamos perante um calendário controlado ou perante um risco acumulado.-----

Solicitamos, ainda, que essa informação seja remetida até à próxima Assembleia Municipal, para que possa ser analisada com o devido tempo por todos os membros deste órgão e, se necessário, discutida de forma aprofundada numa próxima sessão. Para concluir, termino dizendo que não pretendemos criar alarmismos. Exigimos sim que, dado o valor em causa, a gravidade das consequências, e a importância destes serviços para os lamecenses, este assunto seja tratado com responsabilidade, sem opacidade e por isso com transparência e rigor. Os lamecenses têm direito a respostas concretas, claras e fundamentadas, e não a meras promessas ou expectativas. Este é, em última instância, um teste de compromisso: os lamecenses merecem saber se aquilo que lhes foi prometido será cumprido ou se estamos perante um falhanço de responsabilidade política.-----

Usou da palavra o **Presidente da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem** para afirmar o seguinte:-----

“Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e generalizá-lo também pela sua eleição como Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIM Douro, cumprimentar o senhor Presidente da Câmara, Eng.º Francisco Lopes e o Secretário da Mesa, cumprimentar os meus colegas Presidentes de Junta, membros da Assembleia Municipal e as pessoas que nos assistem em casa e os membros do staff da Câmara Municipal.-----

Com a frontalidade, à parte de outras coisas que também me faltam, quero agradecer a total disponibilidade da Proteção Civil para todas as solicitações que foram feitas. Agradecer, ao senhor Vereador Patricio Esteves também por toda a demonstração que teve e tem tido, no sentido de estar próximo e de resolvermos os problemas, as coisas tem fluído, dentro do possível.-----

No entanto venho aqui demonstrar a minha preocupação pelo seguinte: as tempestades que existiram em Portugal, nomeadamente no Concelho e concretamente na minha União de Freguesias, estamos a falar de tempestades que ninguém pode prever e quais os danos efetivos que possam causar. No entanto, fiquei muito preocupado, uma vez mais, com os meios ou a falta deles que a Proteção Civil tem, que o Município por consequência acaba por ter, e o facto é que, se nos acontecesse uma terça parte daquilo que aconteceu no resto do país,

eu não sei como é que nós iríamos fazer, a boa vontade, efetivamente, não chega ou não basta. Aqui a questão é mais em jeito de alerta ou sugestão, era no sentido de perceber, o senhor Presidente da Câmara tentar ver, se era possível ou não, tentarmos arranjar aqui, de alguma forma, junto das Freguesias, eu não estou mandatado pelos meus colegas, estou a falar por mim. Tentarmos prevenir ao nível de meios, nomeadamente de maquinaria, de alguma coisa que nos faça ou que nos permita que nestas situações possamos minimizar os problemas. -----

Eu próprio, já pedi orçamentos para alguns instrumentos que me possam ajudar nesse sentido, mas queria acima de tudo deixar este alerta ou sugerir ao senhor Presidente da Câmara, que analisasse esta situação, no sentido de tentarmos aqui, no futuro, para podermos estar salvaguardarmos as pessoas e os bens.”-----

Usou da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Lazarim** para afirmar o seguinte:-----

“Quero cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Secretário da Mesa, Executivo da Câmara, staff de apoio a esta Assembleia Municipal, colegas Presidentes de Junta, e sinceramente, não me apetece cumprimentar os membros da Assembleia, nomeadamente as forças políticas, já vou explicar porquê, mas cumprimento na mesma.-----

Já aqui foi falado, vivemos num tempo difícil com as intempéries, é verdade, todos nós sofremos um bocadinho, uns mais do que outros, mas felizmente o nosso Município não foi dos piores.-----

Referi-me aos membros das forças políticas, porque já aqui vieram falar, porque no meio da tempestade há sempre coisas boas. Lá para os lados do sudeste há uma freguesia que organiza todos os anos o maior evento cultural do Município, quer gostem quer não gostem. E as forças partidárias que já vieram intervir, nem uma palavra sequer, do Entrudo de Lazarim. Não quero agradecimentos pessoais, não é isso que me satisfaz, mas quem não se sente não é filho de boa gente. E sinto-me triste pelo facto desta Assembleia Municipal não ter proferido uma única palavra sobre o evento chamado Entrudo de Lazarim, que é uma marca registada, que tem efeitos para além da própria cultura, como, nomeadamente na hotelaria e enche várias casas, restaurantes.-----

Também temos um impacto económico no Município e vocês andam aqui a dormir, de certeza absoluta, ou então não gostam do Entrudo. Mas o Entrudo, pelo menos, nos próximos três anos vai ser feito com toda a certeza.-----

Em relação ao Município quero deixar o meu agradecimento por todo o apoio que, mais uma vez, deu ao Entrudo de Lazarim. Este agradecimento, na pessoa do

senhor Presidente da Câmara, é extensivo a todos que ajudaram. Mas há uma pessoa em particular que vou ter que falar, porque me ajudou bastante.-----
 Na última sexta-feira, foi uma noite de muita tempestade, ficamos com as barracas todas de patas para o ar, e o senhor Vereador Patricio Esteves, com a sua energia, motivando-me a mim e aos funcionários do Município, conseguimos, em tempo record, pôr tudo em ordem, e realizou-se o Entrudo normalmente, como sempre o fazemos, quer chova quer não chova, está cá e vamos continuá-lo a fazer.-----
 Termino, senhor Presidente da Câmara, com uma sugestão se a quiser aceitar, só ouço aqui a falar do Parque Industrial e dos problemas na sua constituição. Senhor Presidente, eu ofereço terrenos na minha freguesia, porque parece que é a única freguesia que não tem problemas com esses constrangimentos, já lá temos o aterro, tudo passou por cima, faça-o na minha freguesia, que o consegue fazer rapidamente”.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para responder às perguntas formuladas.-----

“Relativamente às questões de execução do PRR e, concretamente, em relação ao centro de saúde e ao projeto de habitação social, construção de 120 casas, os esclarecimentos são muitos simples. -----

Se posso garantir o cumprimento do prazo de execução? É a resposta é não.-----
 Se posso garantir que as obras são executadas, e portanto, o orçamento municipal será executado? Garanto que sim. Ou seja as obras serão executadas com ou sem PRR.-----

Relativamente à taxa de execução, os pagamentos acompanham a execução? O membro municipal Sara Rodrigues não sabe do que fala. Os pagamentos não acompanham a execução, temos obras que não têm um único alto verificado e estamos a trabalhar apenas com os 30% de adiantamento que foram dados para a obra, sendo que a execução já é muito superior.-----

Em relação ao risco de financiamento, há risco de financiamento? Sim. O que está anunciado a que se as obras não forem concluídas dentro do prazo, a taxa passará de 100% para 80%, se não forem concluídas em 2026 passará de 80% para 60%. -
 Estão previstas medidas para dar resposta a esta situação? Sim estão previstas medidas, digo-lhe que, relativamente ao centro de saúde, ele será concluído.-----

Relativamente à habitação social as casas que não forem pagas pelo PRR ou pelo Governo, não são casas de habitação social, serão casas que o Município vai vender em mercado e, portanto não vamos pagar 40% sobre uma obrigação que é

do Estado e uma responsabilidade no atraso, que não é nossa, foi de todo o processo.-----

Falou em caminho crítico, falou em mecanismos de penalização, sim, são os que estão previstos no contrato, o contrato está publicado no base.gov.pt e no código da contratação, os mecanismos de penalização nas empreitadas de obra pública, que são gerais, aplicam-se a todas as empreitadas e não especificamente a estas.-- Em relação ao caminho crítico, o problema do caminho crítico está no início do processo, quando o partido Socialista aprovou a estratégia local de habitação. Devia ter comprado os terrenos para fazer a habitação, devia ter feito projetos e devia ter lançado empreitadas. E não o fez.-----

E, portanto, quando nós chegamos, apanhamos um comboio em andamento, apanhamos um comboio, como infelizmente acontece muitas vezes com os comboios em Portugal, que já vinha atrasado.-----

E, portanto, em relação a este assunto, não podemos ser mais claros nem mais transparentes.-----

Em relação à intervenção do senhor Presidente da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem, eu quero agradecer a referência que fez à Proteção Civil e ao vereador Patricio Esteves. Fizemos, de facto, aquilo que podíamos. Tivemos também a colaboração dos Presidentes de Junta, de facto, Presidentes de Junta com uma colaboração mais efetiva e presente no terreno, outros menos, dependendo também dos meios que têm ao seu dispor e da sua própria disponibilidade.-----

Em relação aos meios da Proteção Civil, a Proteção Civil não pode ter meios para responder a todas as intempéries. Vimos bem o que aconteceu na região de Leiria, onde nem apoios vindos de todas as zonas o país, e nomeadamente, dos grandes municípios que têm meios vultuosos na Proteção Civil, têm várias cooperações de bombeiros, super bem equipadas, têm muitos instrumentos que puseram aos serviços desses municípios. Nem utilizando o exército, as forças armadas, foi fácil resolver o problema.-----

Portanto nunca teremos meios próprios para resolver todo o tipo de catástrofes. ---- Agora há uma coisa que é importante, para as pequenas coisas que acontecem no dia-a-dia, efetivamente, todos somos Proteção Civil. E, portanto, quando houver necessidade de ativar meios privados para que, possam ocorrer em situações de emergência, o Município e através da Proteção Civil está disponível e tem condições para o fazer. -----

Relativamente à questão aqui referida pelo Presidente da Junta de Freguesia de Lazarim, eu irei referi-lo, tenho isto escrito na minha informação à Assembleia Municipal. O Entrudo de Lazarim continua a ser uma referência nacional e internacional, e portanto, continuaremos a apoiar este evento e apostar nele.-----

Em relação à Zona Industrial, infelizmente a situação não é tão simples como parece, ou seja, a generalidade do nosso Concelho tem as restrições que aqui referi, de reserva agrícola, reserva ecológica, zona de perigosidade de incêndio e rede natura, e portanto, o local que está indicado, até pela facilidade de acessibilidade também à A24 e de proximidade à cidade e também, ainda, de ficar a meio das zonas industriais, digamos assim, concorrentes Vila Real e Castro Daire, é o local que tem melhores condições para desenvolver este projeto”.-----

Tomou a palavra o membro **Vítor Paulo** para fazer a seguinte intervenção:-----

“Só para dar uma explicação muito prévia ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lazarim. O Entrudo de Lazarim é das festas mais importantes que temos, em fevereiro. O grupo municipal do partido Socialista não referiu aqui isto, porque tinha o senhor Presidente da Junta para o defender. Mas a boa educação ou cumprimentar toda a gente cabe em todo lado.-----

Isto para lhe dizer que fui um dos únicos, desloquei-me nos dois dias àquele evento. Como o senhor Presidente da Junta bem sabe, eu referi quer ao senhor Presidente da Junta quer a outras entidades, que deixei o meu carro na Banda de Musica de Lalim e fui a pé, com a minha família. -----

Outra referência que eu também deixava aqui, foi feito há pouco tempo, um evento da Junta de Freguesia de Lamego, que se chama “Lamego para o Mundo” e não vi lá, nenhum de vocês, onde é agraciado um lamecense pelos seus feitos profissionais e educacionais fora da cidade de Lamego, não vi lá nenhum de vocês”. -----

Interveio o membro **José Alexandre Carvalho** para fazer a seguinte intervenção:--

“Congratular o senhor Presidente da Câmara, na realidade, praticamente não esqueceu nenhuma das minhas preocupações, mas tenho a referir que não é o Presidente do meu partido que deve à autarquia de Lamego, estou a falar das obras das escolas, a transferência das verbas, não é do Presidente do meu partido. Sabe, perfeitamente, quem é esse Presidente.-----

Também não é uma questão de má informação em relação à zona industrial, como referiu, eu apenas referi preocupações e apenas lhe disse que, pelo que se vê, a obra nem no papel está, felizmente, você lembrou-me, fiquei contente, pelo menos ainda não passou da imaginação. Está na imaginação e estamos a tentar

pô-la no terreno, ótimo para o Concelho de Lamego, mas é urgente, é importante. O que eu estranhei, talvez por esquecimento, que é realmente, todas as minhas preocupações você deu uma resposta e que vai de encontro aquilo que eu penso, são preocupações, no fundo, são todas elas motivadas, digamos pela inação das obra em si, já deviam estar mais adiantadas, isso implica que o Concelho poderia estar mais adiantado, pelo contrário estão na realidade um bocado atrasadas.----- Mas, certamente foi por esquecimento.-----

Senhor Presidente da Câmara o Multiusos funciona, a gente diz que funciona bem, é preciso, é importante, mas otimizar é sempre possível, otimizar é sempre possível. Mas prometeu, gastou, tem que cumprir. E o parque? Não disse uma palavra, esclareça-nos aqui a todos nós, certamente muitos de nós querem ser aqui esclarecidos”.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para responder ao membro José Alexandre de Carvalho:-----

“Respondo apenas a esta questão final, que me parece a mais pertinente, e faço com uma pergunta muito simples. Pergunte aos lamecenses se preferem estacionar no Largo da Feira gratuitamente ou no parque Multiusos a pagar, essa é a questão que aqui se pode discutir. E penso que a resposta é óbvia, haverá, eventualmente, um momento a partir do qual o Largo da Feira tenha outra vocação e não possa ser disponibilizado estacionamento e aí um parque coberto e pago será necessário”.-----

Tomou a palavra o membro **José Manuel Correia** para dizer o seguinte:-----

“Não quero interferir na palavra do senhor Presidente da Câmara, porque o que ele disse é completamente verdade, subscrevemos, penso que a maior parte dos lamecenses prefere mesmo ter um estacionamento público gratuito, do que que pagar o estacionamento.-----

Mas o meu ponto não é esse, o meu ponto vista é político e tem a ver com a intervenção que saúdo, que é o membro José Alexandre Carvalho, sempre bem-disposta e bem construída, denota que pensa nos assuntos e é uma pessoa inteligente, com bom sentido de humor. Mas há aqui uma questão política que faz toda a diferença. Repetiu por duas vezes este slogan “prometeu, gastou, mas não cumpriu”, isto é a maior das falsidades políticas e do pior que se pode dizer em Lamego.-----

Porque se há alguém que prometeu, gastou e cumpriu, esse alguém foi o Presidente da Câmara que está aqui connosco.-----

Os lamecenses sabem disto e é um assunto que vem aqui à liça, com alguma regularidade. Apesar de toda a teoria da conspiração, de toda a má-língua de que se fala, que se faz em relação a isto, há uma coisa que é completamente verdade, acho que ninguém consegue desmentir. O Multiusos só existe, porque este senhor que está ali sentado, é Presidente de Câmara e fê-lo.-----

O PS nunca foi capaz de dizer o que faria, discordou de início, perante os problemas nunca assumiu o que faria, se o deitava abaixo, se o implodia, se pedia dinheiro para o recuperar, nunca se pronunciou sobre isso, só sabe criticar. E se houve alguém que soube assumir os riscos, repito, se houve alguém que teve coragem de assumir os riscos e hoje temos o Multiusos, que até está mais bonito, reconheça-se, uns podem não gostar muito, mas até está mais bonito.-----

Se há alguém que o fez e que o pôs a trabalhar em prol de Lamego e hoje Lamego tem um conjunto de capacidades que nunca teria sem ele, os lamecenses sabem, foi o Eng.º Francisco Lopes e esse tributo, não tem nada de pessoal, um tributo que a cidade lhe deve, porque se fosse não fosse ele, o Multiusos não existia”.-----

Interveio o **Presidente da Junta de Freguesia de Lazarim** para responder ao membro Vítor Paulo:-----

“Quando falou em relação à educação devia estar a dormir. Eu disse não me apetecia, cumprimentar, mas cumprimentei-----

Mais, eu não vim aqui defender o Entrudo de Lazarim, o Entrudo de Lazarim não precisa de ser defendido na Assembleia. Eu só me referi a um facto, que foi verdade, nenhuma força partidária, incluindo aquela que eu represento, que agora teve outra oportunidade e voltou a não falar, foi isso que eu disse só, mais nada.----

Mas já agora, quero agradecer a todas as pessoas de Lazarim, que há bocado esqueci-me, que fazem o impossível para que o Entrudo de Lazarim aconteça e isso é que interessa.”-----

2.2.ASSUNTO: INFORMAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NOS DIVERSOS ÓRGÃOS.-----

Interveio o membro **Alita Carvalho** para informar o seguinte:-----

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Secretário, senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores, membros municipais, senhores Presidentes de Junta, senhores colaboradores do Município e comunicação social. Cumprimento também todos os que nos acompanham pelas redes sociais.-----

O ponto que me traz aqui é a participação na Assembleia Intermunicipal da Cim Douro, quero vos dizer apenas alguns apontamentos.-----

Esta realizou-se no dia 6 de fevereiro, no Auditório do Município de Carrazeda de Ansiães. Sendo esta a primeira reunião deste novo mandato, inicialmente realizou-se a instalação e a primeira reunião Intermunicipal Extraordinária. Todos os membros presentes tomaram posse, e procedeu-se também à eleição da nova Mesa da Assembleia Intermunicipal, tendo sido eleito como Presidente da Mesa, como já aqui foi também referido o nosso Presidente, Fernando Lobão, e aproveito mais uma vez, para enaltecer e penso que também é um orgulho para todos os lamecenses esta eleição. -----

Seguiu-se a primeira sessão ordinária e os pontos abordados foi a deliberação do Mapa de Pessoal para 2026, Opções do Plano para 2025 a 2029, o Orçamento para 2026, Proposta de Autorização Genérica para a dispensa da autorização prévia da Assembleia Intermunicipal, alteração e atualização do Regimento da Assembleia Intermunicipal, e foi também apresentada a lista dos candidatos a membros do secretariado do executivo intermunicipal. Estes foram também eleitos e tomaram posse no final sessão.-----

Os diferentes pontos apresentados foram aprovados, por maioria.”-----

2.3.-ASSUNTO: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA NO DIA 27 DE NOVEMBRO 2025.-----

Presente para aprovação a ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 27 novembro de 2025, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude do texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Assembleia Municipal.-----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** informou que estão presentes na sala trinta e seis membros.-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade, com os votos favoráveis dos seguintes membros:-----

Do Grupo Municipal da Coligação “Todos Juntos por Lamego PPD/PSD.CDS-PP”:
Fernando Jorge Pereira Lobão, Presidente da Assembleia, Manuel Monteiro Afonso, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, José Manuel Lourenço Correia, Alita Maria de Jesus Carvalho, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, João Pedro Morais Pina Adrega, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, Augusto Manuel Pereira da Conceição, Mário Filipe de Almeida Faustino, André do Carmo Teixeira, Sérgio Pedro da Rua Capela, Arcílio Jorge de Sousa Lamelas.-----

Do Grupo Municipal do Partido Socialista: Vítor Nuno Gomes dos Santos, Dora Maria Rodrigues da Fonseca Vicente, Vítor Manuel Rodrigues Paulo, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Cláudia Cristina de Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Bernardo Manuel Taveira Xavier e João Paulo Alves Seixas;-----

Do Presidente da Junta de Freguesia de Samodães, José Miguel Melo Pereira.-----

Do Grupo Municipal da Iniciativa Liberal: Hugo Alexandre Oliveira da Silva;-----

Do Grupo Municipal do CHEGA, José Alexandre de Carvalho.-----

Havendo nove não votos, dos seguintes membros: Sara Daniela Pereira Rodrigues, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Carlos Manuel Ferreira Rodrigues, António José Marques Martins, Ivo Manuel Gomes Paulo, Sofia Isabel Graça Rocha Rodrigues, Fernando Manuel Duarte Branquinho, Nuno Ricardo Ferreira Santos, Daniela Cristina Tomaz Magalhães.-----

Ausentes, os membros: Teresa Maria Fernandes Cardoso Fonseca, Edgar André Almeida Fernandes, Paulo Henrique Almeida Loureiro.-----

2.4.-ASSUNTO: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2025.-----

Presente para aprovação a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 19 dezembro de 2025, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude do texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Assembleia Municipal.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** informou que estão presentes trinta e seis membros-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade, com os votos favoráveis dos seguintes membros:-----

Do Grupo Municipal da Coligação “Todos Juntos por Lamego PPD/PSD.CDS-PP”:
Fernando Jorge Pereira Lobão, Presidente da Assembleia, Manuel Monteiro Afonso, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, José Manuel Lourenço Correia, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, Augusto Manuel Pereira da Conceição, Mário Filipe de Almeida Faustino, André do Carmo Teixeira, Carlos Manuel Ferreira Rodrigues, Sérgio Pedro da Rua Capela, Arcílio Jorge de Sousa Lamelas.-----

Do Grupo Municipal do Partido Socialista: Vítor Nuno Gomes dos Santos, Vítor Manuel Rodrigues Paulo, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Cláudia

Cristina de Almeida Gomes Azevedo, Sara Daniela Pereira Rodrigues, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Bernardo Manuel Taveira Xavier e João Paulo Alves Seixas;-----

Do Presidente da Junta de Freguesia de Samodães, José Miguel Melo Pereira.-----

Do Grupo Municipal da Iniciativa Liberal: Hugo Alexandre Oliveira da Silva.-----

Do Grupo Municipal do CHEGA, José Alexandre de Carvalho.-----

Havendo onze não votos, dos seguintes membros: Alita Maria de Jesus Carvalho, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, João Pedro Morais Pina Adrega, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Pinto, Dora Maria Rodrigues da Fonseca Vicente, António José Marques Martins, Ivo Manuel Gomes Paulo, Sofia Isabel Graça Rocha Rodrigues, Fernando Manuel Duarte Branquinho, Nuno Ricardo Ferreira Santos e Daniela Cristina Tomaz Magalhães.-----

Ausentes, os membros: Teresa Maria Fernandes Cardoso Fonseca, Edgar André Almeida Fernandes, Paulo Henrique Almeida Loureiro.-----

3-PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

3.1.-ASSUNTO: APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25º DA LEI Nº 75/2013 DE 12/09 E ARTIGOS 3º, N.º 1, ALÍNEA C) E 17º DO REGIMENTO-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para apresentar a informação acerca da atividade da Câmara:-----

“Tenho para referir, além da informação escrita que está à disposição de todos os membros municipais, queria salientar reunião do Conselho Regional do Norte a que eu presido, que decorreu na terça-feira passada. Em que tomaram posse os vice-presidentes da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e tivemos também a apresentação do PPRR por parte do senhor Ministro da Coesão.-----

Referir também a cerimónia de tomada de posse dos cinco Presidentes das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, que decorreu na cidade de Évora, na passada sexta-feira. -----

A presença do Município de Lamego, na BTL, levando como é habitual as nossas tradições, a nossa gastronomia, os nossos vinhos e espumantes, e mostrando, essencialmente ou apresentando o programa das Festas dos Remédios de 2026.--- Salientar no evento do Centro Cultural de Ferreirim, “Comer os Milhos”, com cerca de mil e duzentas pessoas, uma tradição importantíssima que se repete ano após ano.-----

A inauguração da nova Capela Mortuária e alargamento do Cemitério na freguesia de Avões, que decorreu no passado domingo.-----

O Desfile de Carnaval com as nossas escolas, um evento que assinala também esse momento que tem, obviamente, a maior importância no Entrudo de Lazarim.---

Uma palavra especial para a Junta de Freguesia, para as associações locais, para os lazarinenses, os artesãos, os que envergam as máscaras e os trajes de Caretos e ajudam a fazer aquela festa.-----

Um agradecimento também a todos os que nos visitam, vindos de todos os lados. Nessa circunstância, inauguramos também a nova exposição permanente do CIM, que passa a estar patente.-----

Referir a tempestade de Kristin e à sucessão de ocorrências que tivemos no nosso Concelho, cerca de trezentas e cinquenta ocorrências, a mais grave a que motivou o encerramento e ainda hoje o encerramento parcial da A24, depois também o corte de estrada em Balsemão, algumas situações um pouco por todo o Concelho, nomeadamente na freguesia da Penajóia, Cambres e outras mais respostas.-----

O projeto de recolha de Biorresíduos que continua a decorrer.-----

A eleição do nosso Presidente da Assembleia Municipal para Presidente da Assembleia Intermunicipal da Cim.-----

A conclusão de obras no Pavilhão Álvaro Magalhães, são mais de quatrocentos mil euros, falta um dígito no número que está na informação escrita.-----

A requalificação da Rua de Fafel, que está em obras, será uma obra complicada, que vai encerrar, durante bastante tempo, uma das vias principais de entrada e saída da cidade. Pedimos a compreensão de todos os automobilistas, porque, efetivamente, as obras não se fazem de outra forma.-----

Sendo que no troço que está, atualmente em obra, irá coincidir com a obra da Rua de Fafel e também o início das obras na Escola E.B/2.3.-----

Referir o aniversário da PSP, que decorreu aqui neste Salão Nobre.-----

E referir um conjunto de reuniões no âmbito do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios a que pertencço, a última das quais decorreu ontem em Coimbra e que teve também uma reunião com os municípios da região centro, onde se debateram as questões relacionadas com os danos da intempérie e também o PRR e os instrumentos que o Governo irá colocar ao serviço desses municípios mais afetados, mas também dos outros municípios que, um pouco por todo o país tiveram danos”. -----

3.2-ASSUNTO: APRECIACÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE 2025 DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE LAMEGO.---

Presente à sessão da Assembleia Municipal o relatório anual de atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lamego (CPCJ), referente ao ano de 2025, para apreciação.-----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** informou que estão presentes na sala trinta e oito membros -----

Deliberação: A Assembleia Municipal tomou conhecimento. Com a presença dos seguintes membros:-----

Do Grupo Municipal da Coligação “Todos Juntos por Lamego PPD/PSD.CDS-PP”:

Fernando Jorge Pereira Lobão, Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Monteiro Afonso, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, José Manuel Lourenço Correia, Edgar André Almeida Fernandes, Alita Maria de Jesus Carvalho, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, João Pedro Morais Pina Adrega, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Germano Correia Ribeiro, Daniela Cristina Tomaz Magalhães, Wilson Miguel Lima Teixeira, Augusto Manuel Pereira da Conceição, Mário Filipe de Almeida Faustino, Paulo Henrique Almeida Loureiro, André do Carmo Teixeira, Carlos Manuel Ferreira Rodrigues, Arcílio Jorge de Sousa Lamelas, Sérgio Pedro da Rua Capela--

Do Grupo Municipal do Partido Socialista: Vítor Nuno Gomes dos Santos, Dora Maria Rodrigues da Fonseca Vicente, Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Sara Daniela Pereira Rodrigues, António José Marques Martins, Vítor Manuel Rodrigues Paulo, Ivo Manuel Gomes Paulo, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Fernando Manuel Duarte Branquinho, Cláudia Cristina de Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Bernardo Manuel Taveira Xavier e João Paulo Alves Seixas;-----

Do Presidente da Junta de Freguesia de Samodães, José Miguel Melo Pereira.-----

Do Grupo Municipal da Iniciativa Liberal: Nuno Ricardo Ferreira Santos e Hugo Alexandre Oliveira da Silva;-----

Do Grupo Municipal do CHEGA, José Alexandre de Carvalho.-----

Ausente o membro Teresa Maria Fernandes Cardoso Fonseca.-----

3.3-ASSUNTO: APRECIÇÃO DA DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS EXISTENTES À DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025 – INFORMAÇÃO – CONHECIMENTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal o teor da seguinte declaração emitida, nos termos da alínea a), do n.º 1 do artigo 15º da Lei 22/2015, de 17 de março (LCPA), que todos os compromissos plurianuais existentes em 31 de dezembro de

2025 se encontram devidamente registados no Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA) pelos seguintes montantes globais:-----

2026	41.098.025,16
2027	18.594.933,41
2028	10.490.524,40
2029	5.656.514,44
Seguintes	21.465.527,13

A presente declaração destina-se a ser remetida à Câmara Municipal de Lamego e Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 15º da supracitada Lei.-----

Tomou a Palavra o senhor **Presidente da Câmara** para apresentar este ponto.-----

“Esta é uma informação obrigatória que o Executivo deve prestar à Assembleia Municipal, dando conta dos compromissos plurianuais.-----

Só a esta Assembleia Municipal pode autorizar e que autorizou na aprovação do Plano Plurianual de Investimentos. Os montantes que temos, neste momento, comprometidos são de quarenta e oito milhões de euros para 2026, dezoito milhões, quinhentos e noventa e quatro euros para 2027, dez milhões e quatrocentos e noventa mil euros para 2028 e cinco milhões, seiscentos mil euros para 2029, portanto abrangendo os quatro anos de mandato.-----

Relativamente aos anos seguintes, temo já a previsão de vinte e um e quatrocentos mil euros. Este é, naturalmente um processo evolutivo, todos os dias lançamos novos procedimentos e comprometemos nova despesa, todos os dias concluímos obras e essa despesa passa a estar executada e não comprometida.-----

Este é o retrato ao dia de hoje, que demonstra que, o orçamento que temos aprovado, está a ser cumprido com o volume de compromissos já em março para o ano de 2026, de cerca de metade do orçamento aprovado.”-----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** informou que estão presentes na sala trinta e oito membros.-----

Deliberação: Assembleia Municipal tomou conhecimento. Com a presença dos seguintes membros:-----

Do Grupo Municipal da Coligação “Todos Juntos por Lamego PPD/PSD.CDS-PP”:
Fernando Jorge Pereira Lobão, Presidente da Assembleia, Manuel Monteiro Afonso, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, José Manuel Lourenço Correia, Edgar André Almeida Fernandes, Alita Maria de Jesus Carvalho, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, João Pedro Morais Pina Adrega, Hugo Miguel Cardoso Rebelo,

Germano Correia Ribeiro, Daniela Cristina Tomaz Magalhães, Wilson Miguel Lima Teixeira, Augusto Manuel Pereira da Conceição, Mário Filipe de Almeida Faustino, Paulo Henrique Almeida Loureiro, André do Carmo Teixeira, Carlos Manuel Ferreira Rodrigues, Sérgio Pedro da Rua Capela Rodrigues, Arcílio Jorge de Sousa Lamelas.-----

Do Grupo Municipal do Partido Socialista: Vítor Nuno Gomes dos Santos, Dora Maria Rodrigues da Fonseca Vicente, Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Sara Daniela Pereira Rodrigues, António José Marques Martins, Vítor Manuel Rodrigues Paulo, Ivo Manuel Gomes Paulo, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Fernando Manuel Duarte Branquinho, Cláudia Cristina de Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Bernardo Manuel Taveira Xavier e João Paulo Alves Seixas;-----

Do Presidente da Junta de Freguesia de Samodães, José Miguel Melo Pereira.-----

Do Grupo Municipal da Iniciativa Liberal: Nuno Ricardo Ferreira Santos e Hugo Alexandre Oliveira da Silva;-----

Do Grupo Municipal do CHEGA, José Alexandre de Carvalho.-----

Ausente, o membro Teresa Maria Fernandes Cardoso Fonseca.-----

3.4-ASSUNTO: APRECIÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 – CONHECIMENTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a declaração de pagamentos e recebimentos em atraso em 31 de dezembro de 2025 da Câmara Municipal:-----

“1. PAGAMENTOS:-----

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 15º da LCPA, declara-se que o Município de Lamego não tem pagamentos em atraso, com mais de 90 dias da data de vencimento, existentes a 31 de dezembro de 2025.-----

2. RECEBIMENTOS-----

Nos termos da mesma alínea do n.º 1 do artigo 15º da LCPA, conjugado com o artigo 17º do Decreto-Lei 127/2012, de 21/06, identifica-se por natureza em anexo, os recebimentos em atraso, com mais de 90 dias da data de vencimento, existentes a 31 de dezembro de 2025, totalizando o montante de 1.838.564,30€, extraído do sistema contabilístico SNC-AP.-----

A presente declaração destina-se a ser remetida à Câmara Municipal de Lamego e Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 15º da supracitada Lei.”-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para apresentar este ponto:-----

*“Relativamente aos pagamentos em atraso o Município de Lamego não tem pagamentos em atraso, ou seja, facturas vencidas com mais de noventa dias. Porventura poderá ter alguma, mas cujo pagamento não está a ser feito por incumprimento por parte do fornecedor e não por incumprimento do Município.-----
Relativamente aos recebimentos em atraso, temos um milhão e oitocentos mil euros para cobrar. O Município não é tradicionalmente um bom cobrador, o cidadão tende a pensar que as contas do Município podem ficar para segundo plano. Ninguém deixa de pagar o telefone, porque se não, não tem serviço, mas se calhar deixa de pagar a água. Este é um erro grave que não pode ser cometido. Estamos a procurar regularizar situações diversas, que vão desde a água à habitação e feira para que as obrigações que nós cumprimos junto dos cidadãos, tenham, efetivamente, a contrapartida devida, que é os cidadãos pagarem atempadamente, os serviços que lhe são prestados pelo Município.-----
Portanto, aqui tenho que salientar este valor elevado de um milhão e oitocentos mil euros, que é devido ao Município, por serviços prestados e que ainda não foram pagos.”-----*

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** informou que estão presentes na sala trinta e oito membros.-----

Deliberação: Assembleia Municipal tomou conhecimento. Com a presença dos seguintes membros:-----

Do Grupo Municipal da Coligação “Todos Juntos por Lamego PPD/PSD.CDS-PP”:
Fernando Jorge Pereira Lobão, Presidente da Assembleia, Manuel Monteiro Afonso, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, José Manuel Lourenço Correia, Edgar André Almeida Fernandes, Alita Maria de Jesus Carvalho, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, João Pedro Morais Pina Adrega, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Germano Correia Ribeiro, Daniela Cristina Tomaz Magalhães, Wilson Miguel Lima Teixeira, Augusto Manuel Pereira da Conceição, Mário Filipe de Almeida Faustino, Paulo Henrique Almeida Loureiro, André do Carmo Teixeira, Carlos Manuel Ferreira Rodrigues, Sérgio Pedro da Rua Capela, Arcílio Jorge de Sousa Lamelas.-
Do Grupo Municipal do Partido Socialista: Vítor Nuno Gomes dos Santos, Dora Maria Rodrigues da Fonseca Vicente, Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Sara Daniela Pereira Rodrigues, António José Marques Martins, Vítor Manuel Rodrigues Paulo, Ivo Manuel Gomes Paulo, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Fernando Manuel Duarte Branquinho, Cláudia Cristina de Almeida Gomes

Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Bernardo Manuel Taveira Xavier e João Paulo Alves Seixas;-----

Do Presidente da Junta de Freguesia de Samodães, José Miguel Melo Pereira.-----

Do Grupo Municipal da Iniciativa Liberal: Nuno Ricardo Ferreira Santos e Hugo Alexandre Oliveira da Silva;-----

Do Grupo Municipal do CHEGA, José Alexandre de Carvalho.-----

Ausente o membro Teresa Maria Fernandes Cardoso Fonseca.-----

3.5-ASSUNTO: APRECIACÃO DA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO – APOIO À TESOURARIA – CONHECIMENTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta da Câmara Municipal do seguinte teor:-----

“1. Em 24 de novembro e 19 de dezembro de 2025, foi aprovado pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal, respetivamente, as Grandes Opções do Plano (GOP’S) e Orçamento para o ano 2026;-----

2. Para execução do Plano Plurianual de Investimento e orçamento para 2026, foi igualmente autorizado nessa mesma proposta de orçamento, a contratação de um empréstimo de curto prazo, até ao montante máximo de 2.000.000€, de acordo com o disposto do n.º 1 e 2 do artigo 50º da Lei n.º 51/2018 de 26/08, que altera a Lei n.º73/2013, de 03/09;-----

3. A Lei anterior citada, estabelece o regime financeiro das Autarquias Locais, prevê, nos artigos 49º e 50º, que possam ser contraídos empréstimos de curto prazo para ocorrer a dificuldades de tesouraria, durante o período de vigência do orçamento;-----

4. Se prevê a execução de projetos co-financiados, o que obrigará ao Município a um grande esforço financeiro, no que se refere aos projetos em curso financiados pelo PRR e NORTE 2030;-----

5. Consta da presente proposta, a ata do júri, bem como o relatório de análise do empréstimo de curto prazo até ao montante de 2.000.000€, resultante da consulta à banca, propostas recebidas, onde constam as condições fundamentais de contratação que se perspetiva necessária e Mapa da Capacidade de Endividamento;-----

6. É de considerar que os financiamentos de curto prazo não serão relevantes para o stock da dívida no final do ano, dado que, até lá, terão de ser integralmente amortizados, ficando ora melhor balizados quanto à sua função – gestão de tesouraria – estando salvaguardado, desde logo, por força da lei, de garantir ao

longo do exercício, os meios necessários e suficientes à liquidação total do crédito a contratar;-----

Face aos considerandos enunciados proponho que, e ao abrigo das disposições legais supracitadas, a Câmara Municipal delibere:-----

1. Autorizar a contratação deste financiamento junto do Millennium BCP, que apresentou a proposta mais vantajosa para o Município, conforme relatório de análise do júri anexo, bem como a assinatura do respetivo contrato de financiamento nas condições aprovadas.-----

2. Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovada pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dar conhecimento à Assembleia Municipal a contratação do empréstimo de curto prazo até ao montante máximo de 2.000.000€, junto do Millennium BCP, em conformidade com a autorização prévia aquando da aprovação do Orçamento & GOP`S para 2026.”-----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para apresentar este ponto:-----

“Propomos a contratação de um empréstimo, mas condições que foram previamente aprovadas nesta Assembleia Municipal, é uma competência da Assembleia, já foi previamente validado este empréstimo e as condições em que o mesmo vai ser contraído. Discutimos aqui e justifiquei a necessidade deste empréstimo, ou seja a necessidade de contratar este empréstimo e de não o utilizar, o montante de dois milhões de euros que vai ser contraído, para empréstimo de curto prazo, para efeitos de Tesouraria, que só será movimentado se houver necessidade, para cumprir um pagamento imperativo, um outo de medição de uma obra, que num determinado mês seja de maior valor, e que a Tesouraria do Município não consiga responder.-----

E será, integralmente reembolsado esse valor que venha a ser utilizado até 31 de dezembro de 2026, como a Lei prevê.-----

Portanto nesse sentido, apenas dizer que o empréstimo que propomos respeita o que já foi aprovada nesta Assembleia.”-----

Tomou a palavra o membro **José Alexandre Carvalho** para fazer a seguinte intervenção:-----

“Ao ritmo a que temos assistido, neste ano, V. Exa., senhor Presidente da Câmara, fará “linha completa”, certamente.-----

“Pois, tudo indica, que a cada reunião, teremos, no mínimo, mais de dois milhões de euros, com recurso a empréstimos desta natureza.-----

A situação começa a tornar-se preocupante, e, embora não seja, evidentemente, a mesma realidade, quase faz recordar a lógica de um esquema em pirâmide: são sucessivos encargos que se acumulam, e cuja liquidação ficará inevitavelmente para o futuro.-----

No final da sua governação, alguém terá de assumir, e saldar responsabilidades financeiras, que poderão situar-se, no mínimo, entre os dois e os quatro milhões de euros.-----

Na última reunião, questionei V. Exa. sobre esta matéria.-----

E, estranhamente, para quem costuma ser tão interventivo, V. Exa. permaneceu em silêncio.-----

Perguntei quantos milhões de euros adicionais ainda tencionava solicitar, este ano, através de empréstimos de curto prazo. Quanto mais iria pedir.-----

Naturalmente, não lhe convinha responder. Foi o silêncio como resposta.-----

Cheguei mesmo a aconselhar que pedisse tudo de uma só vez.-----

Afinal, ninguém melhor do que V. Exa., saberá qual é o montante, de que ainda irá necessitar.-----

Mas, como sempre, quando a proposta parte da oposição, o destino é o de ser imediatamente rejeitada, ou resposta omitida.-----

Ainda assim, da nossa parte, não haverá distrações.-----

Continuaremos atentos, e cada vez mais vigilantes.-----

As contas, aliás, são simples de fazer. Dois milhões de euros já representarão, muito provavelmente, um valor relevante em défice consolidado.-----

E, no ano em que os pedidos ultrapassarem os do ano anterior, estaremos, do ponto de vista contabilístico, a falar de quatro, seis ou mais milhões de euros em provável deficit Só no que respeita a empréstimos de curto prazo.-----

E, como diz o povo, “que feche a parta quem vier a seguir”.-----

E, será certo, que este ónus acabará, muito provavelmente, por recair sobre uma das forças da oposição aqui presentes.-----

Como já, aqui referi, senhor Presidente da Câmara, estes são os passos habituais, de uma gestão, que dá passos maiores do que a perna do conelho permite.-----

Senhor Presidente, este é o resultado previsível de uma governação, com despesas e receitas profundamente desalinhas.-----

E importa também, não esquecer, que os programas PRR e Portugal 2030, também não são gratuitos, nem isentos de contrapartidas.-----

Ao longo dos seus sucessivos mandatos, as finanças da autarquia tornaram-se frágeis, para não dizer moribundas.-----

E, nesta Assembleia, o PSD, a coligação e os Presidentes de Junta da mesma área política, têm vindo, sucessivamente, a tratar esta realidade – empréstimo após empréstimo – como se ta, fosse perfeitamente normal.-----

Mais do que isso até, chegam a aplaudir esta gestão errática, elogiar estas decisões financeiras, a aprovar estes empréstimos, de forma quase automática, diria mesmo de cruz.-----

O Chega já o afirmou anteriormente, e reafirma-o hoje com clareza, empréstimos destes géneros, nenhum aprovará.-----

Mas por exemplo, aprovará um empréstimo para a conclusão e a finalização das obras do parque Multiusos. Porque senhor Presidente eu considero-o uma pessoa inteligente, mas fazer menosprezar a inteligência desta Assembleia e argumentar que temos um parque público, senhor Presidente da Câmara nós temos um parque público e privado. Mesmo depois do parque Multiusos estar a funcionar, continuamos com deficit de estacionamento.-----

É fácil, eu para a próxima trago aqui umas fotografias, que quando há um bocado de mais movimento, por exemplo, temos a nossa emblemática obra o Museu, com carros estacionados em cima dos passeios.-----

Portanto, não é argumento válido de V. Exa. vir aqui dizer que temos um parque público, até lhe digo mais, em Lamego todo o estacionamento é pago, o mesmo precisa de ordenamento, o parque privado deve ser concluído, é necessário e ainda não será suficiente para a cidade de Lamego.”-----

Tomou a palavra o membro **José Manuel Correia** para fazer a seguinte intervenção:-----

“A minha intervenção prende-se com o desafio indireto do membro José Alexandre Carvalho, ou direto, que no fundo tem a ver com todos nós, de que assinamos de cruz, enfim, estamos aqui um pouco distraídos.-----

Acho que é claro, a Assembleia Municipal deu esta autorização face ao empréstimo de curto prazo, que é um empréstimo de Tesouraria, de gestão corrente, digamos assim, e até ao fim do ano é obrigatoriamente pago, como tem sido assim todos os anos. Portanto, não poderemos estar a somar.-----

Mas esta questão de assinar de cruz, também não é assim tão verdade, estou a falar do meu grupo municipal, quando a coligação “Todos Juntos Por Lamego” valida e aprova o orçamento e outros instrumentos de gestão, certamente que estamos confiantes naquilo que estamos a fazer, porque: primeiro a economia e as finanças são um instrumento e não um fim em si. Portanto as finanças, a economia e a gestão destas ferramentas, são um instrumento para atingir um fim e o fim é

servir Lamego. E neste caso, não há dúvidas que os lamecenses estão satisfeitos, traduziram isso nas eleições, e há um conjunto de obras, umas que já estão concluídas e outras como o senhor Presidente da Câmara explicou muito bem, estão a ser feitas, estão a ser concluídas, e naturalmente, quando falarmos dos compromissos, são assuntos que são, formalmente assumidos e inscritos no sistema de contabilidade administrativa.-----

Mas há aqui outra questão que também é muito importante, podemos perceber isto e penso que vou dizer números corretos, naturalmente se não estiverem corretos, o próprio senhor Presidente da Câmara pode corrigir.-----

Nós temos um orçamento de oitenta e quatro e trezentos milhões de euros, a 21 de janeiro de 2026, tínhamos uma dívida total de vinte milhões, nós já tivemos esta dívida de vinte milhões, com um orçamento um pouco de dezassete milhões de euros. Portanto não me parece que seja assim um drama. Estamos a falar de investimento, estamos a falar de dar resposta às necessidades das pessoas, estamos a falar de servir o bem público e não amealhar dinheiro de baixo do colchão.-----

E temos um limite legal, quer dizer, neste caso Lamego nunca poderia ter uma dívida superior a quarenta e cinco milhões. Estamos longe disso. Temos uma margem que é a chamada margem absoluta, de vinte e quatro milhões de euros. Em teoria devíamos contratar este empréstimo.-----

Mas a Lei impõe uma regra, esta regra que a Lei impõe e a própria DGAL ajuda a controlar, seria 20%, quatro milhões e quinhentos mil euros, mas depois, há outras formas de medir estes empréstimos, esta parcela de empréstimos, que tem a ver com empréstimos antigos, por exemplo, e a própria DGAL assume que o Município de Lamego pode ter uma dívida estruturada na casa dos nove milhões e oitocentos mil euros. -----

Portanto não estamos a falar de contas desequilibradas, o conceito das contas certas não será o melhor conceito, porque contas certas a gente pode ter, mas também, se não fizermos nada, está sempre a conta certa. O objetivo não é esse. O objetivo é ter os instrumentos de gestão financeira equilibrados, robustos, com dinamismo para poderem ser ajustados a cada momento e é disso que nos interessa, são os lamecenses que estão lá em casa, depois fazer as obras, dar resposta às suas necessidades.-----

É fácil? Não, não é fácil, há muitas intercorrências, estamos a vê-las com a questão do PRR, com os concursos que ficam desertos com os empreiteiros reclamam

porque não têm trabalhadores para fazerem as obras. Portanto é difícil este processo? É.-----

É mais difícil quando é obra é grande? Também é. Este é o desafio deste Governo e deste Executivo que tem conseguido dar resposta, não tem medo de assumir um risco quando é preciso assumir, para quê? É para isso que estamos cá, para dar resposta às necessidades da pessoas e dos lamecenses”.-----

Tomou a palavra o membro **Vítor Paulo** para fazer a seguinte intervenção:-----

“Quero fazer aqui um exercício de memória. Já foi aprovado, na nossa última sessão da Assembleia Municipal, este empréstimo de dois milhões de euros. Eu sei que em tempos houve, que estes empréstimos eram utilizados e bem utilizados para a fonte que era pedida.-----

Mas eu gostaria de fazer um pequeno exercício, aqui com os meus caros colegas da Assembleia Municipal.-----

Nós vamos pedir ou Câmara, melhor dizendo, vai pedir dois milhões de euros à banca, mas o senhor Presidente da Câmara acabou de referir que a Câmara tem para receber um milhão e oitocentos mil euros. Isto é uma gestão corrente. Se calhar, a Câmara se se aplicasse mais um bocadinho e recebesse aquilo que é devido a esta Câmara, se calhar não era preciso estarmos a falar deste empréstimo agora. -----

O grupo municipal do partido Socialista comunga de algumas preocupações que foram ditas aqui pelo membro José Alexandre Carvalho, que estão sempre na ordem do dia. O que eu recomendava ao Executivo Municipal é que trabalhasse mais em prol dos recebimentos em atraso, que era aquilo que outros faziam antigamente.”-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para responder às questões anteriormente formuladas:-----

“Respondo já ao membro Vítor Paulo, se o partido Socialista tivesse feito aquilo que lhe competia, não teríamos este valor em dívida, seguramente.-----

Quanto à forma de executar essa dívida, tem aí a lista das faturas, das centenas, talvez milhares de faturas em dívida, seguramente, também, centenas ou de milhares lamecenses, é uma questão de pensar um bocadinho, na dificuldade de fazer essas cobranças. Mas vamos envidar todos os esforços para o fazer.-----

Em relação à questão colocada da acumulação de empréstimos de curto prazo, os empréstimos de curto prazo nunca acumulam. Quando se contrata empréstimo de curto prazo, ele tem que ser liquidado até 31 de dezembro do ano em que é contraído, e só no ano seguinte é que se pode contrair outro. Portanto, não há

qualquer acumulação e o valor de quatro ou seis milhões de euros, que o membro José Alexandre Carvalho aqui referiu, é um total absurdo.-----
 Aliás no ano passado pedimos um empréstimo de curto prazo e não tivemos necessidade de o utilizar, nem um euro do mesmo. Não garanto que em relação a este empréstimo aconteça a mesma coisa. Se precisarmos de o utilizar, iremos utilizá-lo. Em que as finanças municipais ficam frágeis ou mesmo moribundas, isso não me preocupa, absolutamente nada. E porquê? Porque os meus mandatos, foram, de facto, os mandatos em que se fez mais obra, em que lançaram projetos, lançaram-se programas de apoio social, cultural e desportivo. Em que se mudou a face da cidade, as infraestruturas que não existiam e que passaram a existir. Não vou aqui enumera-las, pois todos os lamecenses as conhecem. -----
 E portanto, em relação a essa questão, houvesse, efetivamente, empreiteiros a concorrer às obras, em vez de termos concursos desertos e andassem as obras que temos em curso mais depressa, eu estaria aqui a lançar mais obras e, provavelmente a contrair mais empréstimos. Não é a dívida que nos preocupa, é a capacidade de execução que, efetivamente, hoje o país não tem. -----
 Já tivemos uma dívida superior a quarenta milhões de euros, hoje temos vinte milhões de euros. Nunca incumprimos com fornecedores, com empreiteiros, com o próprio Estado, com os cidadãos, por termos uma dívida elevada. Tivemos sempre uma dívida que nos permitia honrá-la e cumprir com os demais compromissos, com que o Município se deve comprometer junto dos cidadãos. -----
 E por isso, neste momento, o nosso problema resume-se, não é de dinheiro, porque se for temos capacidade de endividamento e temos também a capacidade e coragem para a utilizar, é, efetivamente, termos na nossa estrutura económica, dos nossos empreiteiros e fornecedores, capacidade para nos fazer as obras que temos em curso e as que queremos lançar de novo.”-----

Usou da palavra o **Presidente da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem** para fazer a seguinte intervenção:-----

“Quando há obra, há dívida, há compromissos, há uma serie de coisas, a gestão financeira tem que ser cuidada, como é evidente.-----

Mas como eu sei que os membros da oposição da minha freguesia, que neste caso são do PSD, têm às vezes alguma dificuldades, sei que estarão a assistir a esta Assembleia Municipal, eu até deixo aqui registado, se o senhor Presidente da Câmara terá a amabilidade ou alguém do partido, que lhes explique a esses senhores, como é que a coisa funciona, que era para ver, se eles, efetivamente,

deixam de ter dúvidas. Desculpem, se calhar alguns não entendem, mas eles entendem de certeza, porque estão a assistir a esta magnífica Assembleia.”-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para responder à sugestão formulada:-----

“Tenho que dizer ao Presidente da Junta da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem, que quem tem de prestar contas à sua oposição, é ele próprio, no local certo, no executivo da Junta e na Assembleia de Freguesia. E todos o sabemos que o faz até, de forma bastante prolongada, com longas intervenções, que já o tornaram também conhecido por isso. -----

Portanto, continue, se calhar está a falar muito e a dar poucas informações, seja mais conciso e se calhar a sua posição percebem melhor. Eu faço aqui um grande esforço como todos sabem, faça-o também, se por ventura o faz já.”-----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** informou que estão presentes na sala trinta e oito membros.-----

Deliberação: Assembleia Municipal tomou conhecimento. Com a presença dos seguintes membros:-----

Do Grupo Municipal da Coligação “Todos Juntos por Lamego PPD/PSD.CDS-PP”:
Fernando Jorge Pereira Lobão, Presidente da Assembleia, Manuel Monteiro Afonso, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, José Manuel Lourenço Correia, Edgar André Almeida Fernandes, Alita Maria de Jesus Carvalho, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, João Pedro Morais Pina Adrega, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Germano Correia Ribeiro, Daniela Cristina Tomaz Magalhães, Wilson Miguel Lima Teixeira, Augusto Manuel Pereira da Conceição, Mário Filipe de Almeida Faustino, Paulo Henrique Almeida Loureiro, André do Carmo Teixeira, Carlos Manuel Ferreira Rodrigues, Sérgio Pedro da Rua Capela, Arcílio Jorge de Sousa Lamelas.-

Do Grupo Municipal do Partido Socialista: Vítor Nuno Gomes dos Santos, Dora Maria Rodrigues da Fonseca Vicente, Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Sara Daniela Pereira Rodrigues, António José Marques Martins, Vítor Manuel Rodrigues Paulo, Ivo Manuel Gomes Paulo, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Fernando Manuel Duarte Branquinho, Cláudia Cristina de Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Bernardo Manuel Taveira Xavier e João Paulo Alves Seixas;-----

Do Presidente da Junta de Freguesia de Samodães, José Miguel Melo Pereira.-----

Do Grupo Municipal da Iniciativa Liberal: Nuno Ricardo Ferreira Santos e Hugo Alexandre Oliveira da Silva;-----

Do Grupo Municipal do CHEGA, José Alexandre de Carvalho.-----

Ausente o membro Teresa Maria Fernandes Cardoso Fonseca.-----

3.6-ASSUNTO: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL. – 2026-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta da Câmara, com o seguinte teor:-----

“Compete à Câmara Municipal apreciar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal matérias da sua competência, nos termos da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33º, articulado com a alínea o), n.º 1, do artigo 25º, ambos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.-----

Assim, o Mapa de Pessoal é tido como um importantíssimo instrumento de gestão e planeamento dos recursos humanos, com vista a assegurar as necessidades resultantes do desenvolvimento do Município.-----

O Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Lamego, como instrumento de gestão e planeamento é elaborado nos termos do artigo 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) e prevê os postos de trabalho necessários para o desenvolvimento das atividades das respetivas unidades e subunidades orgânicas, no atual Mapa de Pessoal.-----

Neste sentido, foi possível identificar a necessidade de criação de novos lugares no Mapa de Pessoal, que se traduzem na criação de 7 Unidades orgânicas de 4.º Grau:-----

- *Unidade de Modernização Administrativa e Sistemas de Informação - UMASI;-----*
- *Unidade de Alojamento, Catering e Cantinas Escolares - UACCE;-----*
- *Unidade de Desporto e Associativismo - UDA;-----*
- *Unidade de Bibliotecas e Arquivo Histórico - UBAH;-----*
- *Unidade de Apoio ao Desenvolvimento Local - UADL;-----*
- *Unidade de Manutenção de Edifícios e Equipamentos - UMEE;-----*
- *Unidade de Bem Estar Animal - UBEA.-----*

Nos termos dos artigos 28º, a 31º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei-----

Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), na redação atual, conjugados com o artigo 3º, n.º 2, alínea a) do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, e com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que a Câmara Municipal delibere, aprovar e submeter à Assembleia Municipal a presente alteração ao Mapa de Pessoal de 2026.-----

Considerando que, nos termos do disposto na alínea o), do n.º 1, do artigo 25º, conjugada com a alínea c), do n.º 1, do artigo 33º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea a), do n.º 2, do artigo 3º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal aprovar, manter ou alterar o Mapa de Pessoal do Município, proponho a aprovação da alteração ao Mapa de Pessoal para 2026 e posterior. -----

Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** para apresentar este assunto:----

“Nós aprovamos, juntamente com o Plano de Atividades e Orçamento um novo Mapa de Pessoal do Município para o ano de 2026.-----

Posteriormente, aprovamos também uma alteração à orgânica do Município, prevendo a criação de sete novas unidades de 4.º nível, unidades orgânicas flexíveis de 4.º nível. Entenderam os serviços de recursos humanos de que a criação desses lugares na orgânica, deveriam corresponder também à criação de lugares no Mapa de Pessoal. Estes lugares são lugares de chefia, serão providos por concurso e, portanto, só quando esses lugares forem providos é que se saberá, se são pessoas da estrutura do Município, se são pessoas que vêm de outras instituições.-----

Em todo o caso, porque os serviços entenderam que devia ser ajustado este Mapa de Pessoal à realidade orgânica que foi aprovada nesta Assembleia, nós levamos à Câmara e trazemos a esta Assembleia a criação de sete lugares no Mapa de Pessoal, para o ano de 2026 das unidades orgânicas de 4.º nível já aprovadas nesta Assembleia Municipal. É uma explicação simples, é uma explicação clara.----

Se me perguntarem porque é que precisamos de mais sete unidades orgânicas, já o aqui referimos e já aqui foi aprovada nesta Assembleia, tem, efetivamente, que ver com a reformulação do funcionamento dos serviços, com as novas competências, com um ajustamento da nossa estrutura, àquilo que são também as expectativas de desenvolvimento em termos de progressão profissional dos nossos quadros, que queremos que sejam qualificados, queremos que tenham perspetivas de carreira. Mas tem que ver, essencialmente, com a operacionalidade que nós temos que ter para dar respostas ao quotidiano, ao dia-a-dia, mas também às ocorrências que acontecem de forma intempestiva, como aconteceu agora, durante este Inverno. Mas, sobretudo, pensar o futuro com novos projetos, novos planos, novas ideias que necessitam de uma estrutura orgânica, capaz de gerir, mas também de perspetivar o futuro”.-----

Tomou a palavra o membro **Vítor Paulo** para fazer a seguinte intervenção:-----

“ O senhor Presidente da Assembleia Municipal eu sei que à bocadinho, aquando da minha intervenção, o senhor Presidente da Câmara referiu que as atas estavam aprovadas em minuta e muito bem.-----

Só que adotando esta estratégia vai em desencontro com alguns municípios que até conheço. E em muitos municípios para evitar este tipo de problemas que hoje se passam aqui, adotam-se outro tipo de prática. Essas práticas são, por exemplo, o envio automático das minutas completas das atas da reunião de Câmara a esta Assembleia ou seja a todos os membros municipais. A disponibilização das atas completas no portal interno da Assembleia Municipal dos eleitos, claro que sim.-----

Inclusão das declarações de voto, é isso que não está aqui plasmado, senhor Presidente da Assembleia.-----

Enviar à Assembleia Municipal apenas algumas deliberações, consideradas importantes, e omitir declarações de voto, não me parece que seja um procedimento correto.-----

Porque no liminar da função de fiscalização nós temos a obrigação na Assembleia Municipal de fiscalizar. E isto reforça a transparência e fiscalização da democracia, nesta Assembleia Municipal.”-----

Interveio o **Presidente da Assembleia Municipal** para perguntar ao membro Vítor Paulo se achava que estava em causa transparência e fiscalização da democracia, nesta Assembleia Municipal.-----

Tendo o membro **Vítor Paulo** respondido que julga que sim.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para dizer o seguinte:-----

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em boa verdade as questões que lhe estavam a ser dirigidas pelo membro Vítor Paulo, estavam na prática a ser dirigidas a mim. São os serviços que preparam as minutas. As minutas são aprovadas e depois passam a ata, as atas são publicadas ou são distribuídas de acordo com o respetivo efeito.-----

Na Assembleia Municipal se forem assuntos à Assembleia Municipal para os diversos serviços, que tiverem que ter seguimento junto dos serviços, sendo que a execução das deliberações da Câmara é uma competência e uma obrigação do Presidente da Câmara.-----

Portanto, esta é uma questão que me é dirigida a mim. As atas da reunião de Câmara são, integralmente disponibilizadas à Assembleia Municipal, são publicadas no site do Município, podem ser disponibilizadas pela Assembleia, por qualquer outro meio que nos seja solicitado.-----

Relativamente às declarações de voto, aqui é que temos um pequeno problema e o pequeno problema é o seguinte: a regra que vigora e que a Lei prevê é que feita uma votação, os senhores vereadores que votem contra, façam a sua declaração de voto, que a ditem para a ata ou que a apresentem.-----

Acontece que a oposição não entende assim, nomeadamente o senhor Vereador, hoje, infelizmente, ausente, José António Santos, entende que, que quando vota contra, pode apresentar a declaração de voto quando entender. E, portanto quando ele entender ou seja, antes da reunião de Câmara seguinte e da aprovação da ata, ele apresenta a declaração de voto. Eu já lhe disse que as declarações de voto devem ser só para os votos contra, votos de vencido, nunca para as abstenções ou para os votos favoráveis, e que devem ser feitas no final da votação. E se assim fosse, nos teríamos na minuta, a declaração de voto, não o fazendo, não a temos.-- Portanto temos aqui uma responsabilidade partilhada dentro do Executivo, entre o Presidente da Câmara e a oposição. Isto não acontecerá nas situações normais, acontecerá numa situação em que a reunião de Câmara seja muito próxima da Assembleia Municipal, como foi o caso desta.-----

Portanto, Dr. Vítor Paulo, respondendo de uma forma muito clara, transparência total, disponibilização de toda a informação à Assembleia Municipal, situações excecionais como esta, não é falta de vontade de disponibilizar a informação, foi apenas o facto tendo a reunião de Câmara sido em data muito próxima da Assembleia Municipal, não ter sido possível transcrever para a ata as declarações, se é que já foram entregues aos serviços, desconheço.”-----

Tomou a palavra o membro **José Alexandre Carvalho** para dizer o seguinte:-----

“No entender do Chega a correr bem esse concurso, não se vai tratar no aumento de colaboradores. Não se trata da admissão de novos do partido, nada disso.-----

No entender do Chega para que se o concurso correr bem, vamos até potenciar as capacidades dos colaboradores já existentes. Isto é, altamente favorável para os nossos colaboradores que já temos.-----

O Chega já aqui referiu a propósito do Mapa de Pessoal na última Assembleia, que era um defensor acérrimo da progressão de carreiras dos colaboradores. Isto a correr bem, vai fazer com que os nossos colaboradores fiquem mais motivados, vai, certamente ganhar a autarquia com o desempenho das capacidades desses colaboradores, e portanto o Chega está totalmente de acordo com esta situação e com esta proposta que hoje aqui a Câmara traz.”-----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** informou que estão presentes na sala trinta e oito membros.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria, com vinte e oito votos a favor, oito votos contra e duas abstenções.-----

Do Grupo Municipal da Coligação “Todos Juntos por Lamego PPD/PSD.CDS-PP”:
Fernando Jorge Pereira Lobão, Presidente da Assembleia, Manuel Monteiro Afonso, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, José Manuel Lourenço Correia, Edgar André Almeida Fernandes, Alita Maria de Jesus Carvalho, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, João Pedro Morais Pina Adrega, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Germano Correia Ribeiro, Daniela Cristina Tomaz Magalhães, Wilson Miguel Lima Teixeira, Augusto Manuel Pereira da Conceição, Mário Filipe de Almeida Faustino, Paulo Henrique Almeida Loureiro, André do Carmo Teixeira, Carlos Manuel Ferreira Rodrigues, Sérgio Pedro da Rua Capela, Arcílio Jorge de Sousa Lamelas.-

Do Grupo Municipal do Partido Socialista: Fernando Manuel Duarte Branquinho, Cláudia Cristina de Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Bernardo Manuel Taveira Xavier e João Paulo Alves Seixas;--

Do Presidente da Junta de Freguesia de Samodães, José Miguel Melo Pereira.-----

Do Grupo Municipal do CHEGA, José Alexandre de Carvalho.-----

Oito votos contra: Do Grupo Municipal do Partido Socialista: Vítor Nuno Gomes dos Santos, Dora Maria Rodrigues da Fonseca Vicente, Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Sara Daniela Pereira Rodrigues, António José Marques Martins, Vítor Manuel Rodrigues Paulo, Ivo Manuel Gomes Paulo, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos; -----

Duas abstenções do Grupo Municipal Iniciativa liberal: Nuno Ricardo Ferreira Santos e Hugo Alexandre Oliveira da Silva;-----

Ausente o membro Teresa Maria Fernandes Cardoso Fonseca.-----

3.7-ASSUNTO: ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA PARA INTEGRAR O “CONSELHO DE PARCERIA”, NO ÂMBITO DO PLANO DE AÇÃO INTERMUNICIPAL PARA A INCLUSÃO ATIVA DE GRUPOS VULNERÁVEIS (ITI) – PAIIA – SÉNIORES+CONECTADOS.-----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** informou que apenas o Grupo Municipal da Coligação “Todos Juntos por Lamego PPD/PSD.CDS-PP” apresentou um nome para submeter a eleição, no âmbito do ponto 3.7 da ordem de trabalhos desta sessão ordinária, o Presidente da Junta de Freguesia de Samodães - José Miguel Melo Pereira.-----

A designação proposta foi submetida a sufrágio por escrutínio secreto, no qual votaram os trinta e oito membros da Assembleia Municipal presentes na sessão.----

Realizado o ato eleitoral verificaram-se trinta e dois votos a favor, três votos contra e três votos em branco.-----

Tendo sido eleito o Presidente da Junta de Freguesia de Samodães – José Miguel Melo Pereira, para integrar O “CONSELHO DE PARCERIA”, NO ÂMBITO DO PLANO DE AÇÃO INTERMUNICIPAL PARA A INCLUSÃO ATIVA DE GRUPOS VULNERÁVEIS (ITI) – PAIIA – SÉNIORES+CONECTADOS.-----

3.8- ASSUNTO: 2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Dirigindo-se ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, não se tendo verificado qualquer intervenção.-----

3.9- ASSUNTO: MINUTA-----

Antes de encerrar os trabalhos e para efeitos de eficácia imediata, o senhor Presidente da Assembleia propôs que sejam aprovadas as minutas desta sessão, nos termos do n.º 4 do artigo 41.º do Regimento da Assembleia Municipal.-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----

3.10- ASSUNTO: TERMO-----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a sessão eram doze horas e quarenta e cinco minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pelo Assistente Técnico, Joaquim Santos Mateus, que a redigiu.-----

O Presidente da Assembleia Municipal,

O Assistente Técnico,